



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**JÚLIA ANA BEZERRA DOS SANTOS**

**A CRISE PLÁSTICA NA INTERFACE DA OPINIÃO PÚBLICA E DA POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO AMBIENTAL A  
PARTIR DAS CONTAS DO INSTAGRAM DO MMA E DO GREENPEACE BRASIL  
(2022- 2025)**

**JOÃO PESSOA**

**2026**

JÚLIA ANA BEZERRA DOS SANTOS

**A CRISE PLÁSTICA NA INTERFACE DA OPINIÃO PÚBLICA E DA POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO AMBIENTAL A  
PARTIR DAS CONTAS DO INSTAGRAM DO MMA E DO GREENPEACE BRASIL  
(2022- 2025)**

Artigo científico, resultado da Iniciação Científica 2024-2025, apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Elia Elisa Cia Alves

JOÃO PESSOA

2026

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237c Santos, Julia Ana Bezerra dos.

A crise plástica na interface da opinião pública e da política externa brasileira: uma análise da comunicação ambiental a partir das contas do Instagram do MMA e do Greenpeace Brasil (2022-2025) / Julia Ana Bezerra Dos Santos. - João Pessoa, 2026.

50 f. : il.

Orientação: Elia Elisa Cia Alves.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Comunicação política. 2. Opinião pública. 3. Plásticos. 4. Instagram. 5. Ministério do Meio Ambiente. 6. Greenpeace. I. Alves, Elia Elisa Cia. II. Título.

UFPB/CCSA


CDU 327(043)

# JÚLIA ANA BEZERRA DOS SANTOS

"A CRISE PLÁSTICA NA INTERFACE DA OPINIÃO PÚBLICA E DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO A PARTIR DAS CONTAS DO INSTAGRAM DO MMA E DO GREENPEACE BRASIL (2022- 2025)"


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 25 de março de 2026

Documento assinado digitalmente  
 ELIA ELISA CIA ALVES  
Data: 25/03/2026 21:13:48-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


---

**Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves - (Orientador)**  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente  
 TULIO SERGIO HENRIQUES FERREIRA  
Data: 25/03/2026 17:29:50-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

**Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira - (Membro 2)**  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente  
 VANESSA HORACIO LIRA  
Data: 25/03/2026 17:36:09-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

**Profa. Dra. Vanessa Horacio Lira - (Membro 3)**  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



JÚLIA ANA BEZERRA DOS SANTOS

**A CRISE PLÁSTICA NA INTERFACE DA OPINIÃO PÚBLICA E DA POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO AMBIENTAL A  
PARTIR DAS CONTAS DO INSTAGRAM DO MMA E DO GREENPEACE BRASIL  
(2022- 2025)**

Artigo científico, resultado da Iniciação Científica 2024-2025, apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

À minha terra, à minha família – de sangue e de escolha – e aos meus ideais, por me inspirarem a lutar e a viver.

## RESUMO

A crise plástica tornou-se um tema central na agenda ambiental global, sendo objeto de diferentes enquadramentos de narrativa, seja no âmbito nacional ou das negociações internacionais. Nesse contexto, considerando que a formação da opinião pública em temas de política internacional é influenciada por disputas narrativas nas redes sociais, esta pesquisa investiga de que forma o enquadramento (*framing*) da crise plástica é disputado no ambiente digital, tomando como objeto o Instagram do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Greenpeace Brasil entre 2022 e 2025. O objetivo central é analisar as narrativas veiculadas pelos atores e as divergências entre as soluções priorizadas por essas instituições. Para isso, a teoria que sustenta a pesquisa baseia-se nos estudos que investigam a relação entre Opinião Pública e a Política externa, focando a temática ambiental. Do ponto de vista metodológico, empregamos a análise de conteúdo de redes sociais, com monitoramento de dois perfis que publicam sobre o tema, além de análise documental na retrospectiva das negociações do Tratado Global dos Plásticos e análise descritiva de dados de *surveys* de opinião pública no Brasil. Foi identificado que o MMA adota uma abordagem predominantemente informativa e voltada para o *downstream*, isto é, focando na gestão de resíduos, reciclagem e no protagonismo dos catadores, omitindo a responsabilidade da indústria petroquímica. Em contrapartida, o Greenpeace utiliza estratégias de denúncia e educação, focando na problematização da etapa *upstream* da questão do plástico, isto é, deslocando o debate para a necessidade da redução da produção e de mudanças sistêmicas no ciclo de vida do plástico. Os resultados indicam uma polarização entre a visão governamental, que individualiza a responsabilidade, e a visão ativista, que desafia as estruturas de produção. Conclui-se que essa disputa de enquadramentos reflete as tensões da diplomacia ambiental brasileira, evidenciando que, embora o público manifeste desejo por mudanças sistêmicas nos *surveys*, a narrativa institucional ainda é influenciada pela perspectiva de grupos que visam reforçar a gestão de resíduos como a percepção prioritária de resolução do problema da poluição plástica.

**Palavras-chave:** Comunicação Política; Opinião Pública; Plásticos; Instagram; MMA; Greenpeace.

## ABSTRACT

The plastic crisis has become a central theme on the global environmental agenda, subject to various narrative framings within both national and international negotiation spheres. In this context, considering that the formation of public opinion on international policy issues is influenced by narrative disputes on social media, this research investigates how the framing of the plastic crisis is contested in the digital environment, focusing on the Instagram profiles of the Brazilian Ministry of the Environment (MMA) and Greenpeace Brazil between 2022 and 2025. The central objective is to analyze the narratives disseminated by these actors and the divergences between the solutions prioritized by these institutions. The theoretical framework is based on studies investigating the relationship between Public Opinion and Foreign Policy, with a focus on environmental themes. Methodologically, the study employs social media content analysis through the monitoring of the two profiles, alongside documentary analysis of the Global Plastics Treaty negotiations and descriptive analysis of public opinion survey data in Brazil. It was identified that the MMA adopts a predominantly informative approach focused on downstream solutions—specifically waste management, recycling, and the protagonism of waste pickers—while omitting the responsibility of the petrochemical industry. In contrast, Greenpeace utilizes denunciation and education strategies, focusing on problematizing the upstream stage of the plastic issue; that is, shifting the debate toward the need for production reduction and systemic changes in the plastic life cycle. The results indicate a polarization between the governmental view, which individualizes responsibility, and the activist view, which challenges production structures. The study concludes that this dispute of framings reflects the tensions within Brazilian environmental diplomacy, evidencing that, although the public expresses a desire for systemic changes in surveys, the institutional narrative is still influenced by the perspective of groups aiming to reinforce waste management as the priority perception for resolving the plastic pollution problem.

**Keywords:** Political Communication, Public Opinion, Plastic, Instagram, MMA, Greenpeace Brasil.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. A OPINIÃO PÚBLICA NOS ACORDOS INTERNACIONAIS.....</b>	<b>11</b>
2.1. O PAPEL DA OPINIÃO PÚBLICA NA GOVERNANÇA MULTINÍVEL AMBIENTAL GLOBAL.....	12
2.2. ASPECTOS PRÁTICO-TEÓRICOS DA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA..... .....	15
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	
3.1. TRATADO GLOBAL DOS PLÁSTICOS: RETROSPECTIVA DAS NEGOCIAÇÕES (2022 - 2025).....	20
3.2. A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A CRISE PLÁSTICA: RESULTADOS DOS SURVEYS.....	30
3.3. ANÁLISE DE CONTAS DO INSTAGRAM.....	33
PERFIL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.....	34
PERFIL DO GREENPEACE BRASIL.....	37
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICE A — Opinião Pública Brasileira sobre a Questão Plástica - surveys executados pela IPSOS, WWF e Greenpeace.....</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1950, o plástico revolucionou o comércio mundial, principalmente no setor alimentício, tornando-se um material indispensável devido ao seu baixo custo e alta versatilidade (UNEP, 2016). Sua produção em larga escala foi impulsionada pela massiva substituição do vidro nas embalagens, tornando cada vez mais práticos e acessíveis a compra e armazenamento de alimentos. No entanto, essa acessibilidade resultou em um modelo de consumo cada vez mais descartável, promovendo padrões insustentáveis de produção e descarte do material. Esse crescimento acelerado, aliado às propriedades do material, como durabilidade, toxicidade e propensão à fragmentação em microplásticos, contribuiu para a escalada da poluição plástica.

Nesse contexto, os resíduos são transportados pelas correntes oceânicas e atravessam fronteiras, impactando ecossistemas terrestres e marinhos em escala global, bem como a saúde humana. Estudos indicam que quase 700 espécies marinhas entram em contato com esses poluentes, incluindo espécies frequentemente consumidas por humanos (Vince et al., 2016). Dessa forma, a poluição plástica impacta não apenas o meio ambiente e a biodiversidade, mas também diversas indústrias, como o turismo, o transporte e a pesca, além de representar um risco potencial para a segurança alimentar e a saúde humana (Tessnow-von Wysocki, 2019).

Diante disso, para sua solução, a problemática pede a participação dos diversos atores envolvidos em toda a cadeia do plástico, desde os produtores e consumidores até os gestores de seu descarte, visto que essa realidade é construída diariamente por práticas e escolhas feitas por todos esses. Ademais, tal fenômeno impacta localidades diversas ao redor do globo e bens ditos coletivos (como o oceano). Segundo Kate O'Neill (2009), tal fato revela seu caráter transnacional, o que chama a atenção para a importância de considerar – também – o ambiente internacional nas medidas para resolução da poluição plástica.

Assim, a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente solicitou ao PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) a convocação de um comitê intergovernamental a fim de desenvolver um instrumento jurídico global vinculativo a respeito da poluição plástica, trabalhando-a em todas as etapas do ciclo de vida do material. A iniciativa surgiu em 2022 e deu origem ao chamado INC (Intergovernmental Negotiating Committee), o qual tinha pretensões de entregar um documento final após cinco reuniões, em dezembro de 2024. Apesar dos esforços, até os dias atuais (início de 2026), a meta continua sem ser cumprida, pois ao final do período estipulado inicialmente, ainda existiam travas em

questões centrais do acordo, principalmente no tocante financeiro e a respeito do caráter vinculativo ou voluntário da resolução (Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, 2024).

Ao analisar as rodadas de negociação do tratado, é possível perceber o enfoque dado às políticas *downstream*, ou seja, àquelas direcionadas apenas ao final do ciclo de vida do material (Cowan, 2024). Sobre isso, a regulamentação de um gerenciamento de resíduos eficiente é necessária para minimizar os impactos causados por todo plástico já existente no planeta, porém, pesquisadores sugerem que a ênfase exclusiva em medidas remediadoras não é suficiente para resolver o problema (Dauvergne 2018; Haward 2018; Cowan, 2024). Nesse contexto, grupos advogam por integrar ao pacote proposições mais robustas a fim de construir uma solução duradoura para a problemática, de forma que também sejam consideradas a redução da produção plástica e mudanças nos hábitos de consumo excessivo desse material (High Ambition Coalition, 2023).

Ao se tratar da opinião pública, pesquisadores afirmam (Baum; Potter, 2008; Nogueira, 2012) que a mídia desempenha um papel central na forma como as temáticas são percebidas e priorizadas. Nas redes sociais, a ampliação do alcance e velocidade de circulação de conteúdos enfatiza os enquadramentos dados por tal ator e cria uma narrativa, a qual sua legitimidade se baseia prioritariamente em sua replicação em detrimento de sua veracidade. Sobre isso, afirma-se que essa comunicação não é neutra, pois está inserida em contextos institucionais, econômicos e ideológicos, carregando discursos interessados que influenciam diretamente o *agenda setting*, isto é, o que se torna visível, discutido e politicamente relevante (Robinson, 2008).

A poluição plástica, embora central nas discussões do Tratado Global dos Plásticos (GPT), não se encerra em impasses técnicos ou diplomáticos; ela se desdobra em uma complexa disputa de narrativas que molda a opinião pública nacional. O problema emerge quando se observa que a construção das soluções para essa crise oscila entre dois polos: a abordagem *downstream*, que foca na gestão de resíduos e na responsabilidade individual, e a abordagem *upstream*, que exige a redução da produção e a responsabilização da indústria.

No cenário brasileiro, essa disputa de narrativas sobre as soluções para a poluição plástica ganha materialidade no ambiente digital. Com o avanço das redes sociais, a comunicação de temas ambientais tornou-se mais dinâmica e segmentada, servindo como uma arena onde atores, por exemplo, institucionais e ativistas tentam dar visibilidade às suas agendas (Robinson, 2008), com possíveis impactos na política externa do país, seja pela ótica da formulação ou de sua implementação. Nesse sentido, o presente trabalho se debruça sobre

a comunicação política promovida através de uma rede social, o Instagram<sup>1</sup>, analisando especificamente as contas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) – representante da voz oficial do Estado – e do Greenpeace Brasil – perfil ativista de alcance nacional. A investigação busca responder: **“Como a temática da poluição plástica está imbricada nas agendas da política externa brasileira e da opinião pública nacional, através de disputas de narrativas?”**.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar e comparar os enquadramentos (*framings*) da questão plástica utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Greenpeace Brasil em suas contas oficiais de Instagram entre 2022 e 2025, identificando como essas narrativas contribuem para a percepção pública da agenda ambiental brasileira. Tal recorte temporal foi escolhido com base no início das negociações do *Global Plastic Treaty* e o interesse em investigar como a questão foi e é repassada para o público geral<sup>2</sup> à medida que as negociações avançam. Como objetivos específicos, tem-se a intenção de:

- i) Compreender o papel político da opinião pública em política externa, com foco em tratados internacionais de meio ambiente e seu processo de formulação;
- ii) Compreender a política externa do Brasil para o Tratado Global dos Plásticos (2022-2025);
- iii) Investigar a atuação do Ministério do Meio Ambiente e do Greenpeace Brasil no processo de formação da opinião pública a respeito do problema da poluição plástica.

A importância de analisar esses enquadramentos reside no impacto que a comunicação exerce sobre a viabilidade dos tratados internacionais, visto que estes são efetivados em realidades locais por meio das políticas públicas. Conforme Fonseca (2013), a implementação destas exige mobilização e pressão social, não bastando apenas a vontade política dos governantes para alterar realidades historicamente constituídas. Assim, para que o funcionamento de tais medidas ocorra de fato, faz-se relevante a receptividade pública. Por ser consumidor do material, o público pode exercer essa pressão sobre a produção e distribuição do plástico. Ademais, são os indivíduos que, em última instância, enfrentarão as consequências das decisões tomadas nesses fóruns.

---

<sup>1</sup> O Instagram é uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos curtos, lançada em 2010 e pertencente à empresa Meta Platforms Inc. A plataforma opera por meio de algoritmos de recomendação e permite a interação entre usuários e organizações através de perfis públicos ou privados. No presente trabalho é entendido também como um espaço central de comunicação política, mobilização social e disseminação de narrativas visuais por meio de recursos como o *feed* (postagens permanentes) e os *stories* (conteúdos efêmeros).

<sup>2</sup> Adota-se aqui a definição de opinião pública como a manifestação do público não especialista. Segundo a perspectiva de autores como Walter Lippmann (1922), trata-se da massa de cidadãos que, não possuindo acesso direto a detalhes técnicos, constrói suas percepções a partir de representações e enquadramentos simplificados da realidade, operando como uma amostra representativa do senso comum da sociedade brasileira.

Assim, sem o apoio público, mesmo regulações rigorosas podem enfrentar dificuldades de aplicação e legitimidade devido à resistência social. Portanto, mesmo sendo um ator que, tradicionalmente, possui um espaço pequeno no processo decisório de política externa, o público é preponderante na discussão da temática, assim como suas percepções e disposição de desempenhar ações alinhadas ao ideal de sustentabilidade.

Para cumprir os objetivos propostos, a pesquisa combina análise documental, análise de surveys e monitoramento de redes sociais. A metodologia se organiza em três etapas complementares:

- (1) a análise de documentos oficiais das negociações do *Global Plastic Treaty*;
- (2) a análise de conteúdo e engajamento em publicações do Instagram, com foco nos perfis do Ministério do Meio Ambiente e do *Greenpeace Brasil* e
- (3) a sistematização comparativa de *surveys* de opinião pública – realizados pelas organizações WWF, Greenpeace e Ipsos – sobre o tema dos plásticos para análises adicionais na discussão.

A opção pelo uso de múltiplos métodos justifica-se pela estratégia de triangulação metodológica. Ao cruzar a análise documental (documentos oficiais do GPT), a análise de conteúdo digital (Instagram) e a análise de dados secundários (surveys), busca-se obter uma compreensão multidimensional do fenômeno. A convergência ou divergência entre esses diferentes corpos de dados permite validar as evidências com maior rigor, garantindo que a narrativa identificada não seja um artefato de um único meio, mas um processo que perpassa diferentes esferas da sociedade.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, cujo objetivo não é o estabelecimento de correlações estatísticas ou de nexos causais rígidos. A metodologia foca no rastreamento de evidências de cunho interpretativo. A intenção é demonstrar como diferentes peças de comunicação e posicionamentos diplomáticos se conectam para formar um enredo coerente. Assim, o trabalho se propõe a reconstruir a trajetória de uma narrativa hegemônica, identificando seus pontos de reforço e suas omissões estratégicas

Este artigo está organizado da seguinte forma: além desta introdução, a segunda seção estabelece o embasamento teórico sobre o papel da opinião pública na governança multinível ambiental, discutindo como as percepções sociais são formadas e de que maneira elas impactam a legitimidade de acordos internacionais, em especial na área ambiental.

A terceira seção trabalha os resultados obtidos e a discussão destes. Dividida em três partes, a primeira detalha o contexto do Tratado Global dos Plásticos, apresentando uma retrospectiva das negociações entre 2022 e 2025 e os posicionamentos oficiais da diplomacia

brasileira nesse cenário. Em seguida, na segunda parte, apresento os dados de *surveys* aplicados no território nacional sobre a percepção da população brasileira, a fim de verificar como se configura a opinião pública nacional no tocante a poluição plástica. Por fim, a terceira dedica-se à análise empírica, apresentando o mapeamento e o perfil das postagens sobre a questão plástica nas contas de Instagram do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Greenpeace Brasil. Além disso, houve também o esforço de cruzar o discurso oficial brasileiro nas rodadas de negociação com a narrativa veiculada no perfil do MMA como discussão adicional ao trabalho.

Para finalizar, a quarta seção apresenta as conclusões do estudo, seguidas pelas referências e o apêndice, que contém, na íntegra, os dados das pesquisas de opinião pública utilizadas neste trabalho.

## **2. A OPINIÃO PÚBLICA E A POLÍTICA EXTERNA: UM OLHAR PARA OS ACORDOS INTERNACIONAIS DO MEIO-AMBIENTE**

O avanço das negociações e os ajustes administrativos demonstram que a estrutura técnica e jurídica do futuro tratado está se delineando, restando ao cenário internacional superar os impasses sobre financiamento e obrigações vinculativas. No entanto, a viabilidade de um instrumento tão ambicioso, que propõe alterar todo o ciclo de vida de um material onipresente, não depende apenas do consenso diplomático, mas também da legitimidade social que sustenta essas decisões (Fonseca, 2013).

Nesse contexto, a transição do debate técnico para a esfera pública torna-se fundamental, uma vez que a importância da opinião pública em tratados internacionais pode atuar como um catalisador de pressão política e um termômetro para a aceitação das mudanças sistêmicas necessárias. No caso específico do tratado do plástico, essa influência popular é ainda mais acentuada, pois as metas de design, consumo e gestão de resíduos impactam diretamente o cotidiano e a saúde do cidadão comum, transformando a percepção social em um pilar estratégico para a eficácia do cumprimento das normas globais.

### **2.1. O PAPEL DA OPINIÃO PÚBLICA NA GOVERNANÇA MULTINÍVEL AMBIENTAL GLOBAL**

O plástico é integrado na geração de lucros da construção civil, transporte, eletrônicos, agricultura, têxteis, automóveis, entre outros (Dauvergne, 2018). Essa integração em todas as cadeias de suprimentos globais, o torna especialmente difícil de governar (Groot

et al, 2025). Nesse cenário, não só as consequências da problemática são compartilhadas, como também a responsabilidade em lidar com esta. Para o planejamento de qualquer solução, é necessário considerar uma conjunção de fatores, tais como, “além da vontade política, capacidade técnico-política de governar, (...), mobilização e pressão social” (Fonseca, 2013, pág. 12). Para isso, são convidados para o debate entes supra e subnacionais. Dessa forma, no que tange ao *Global Plastic Treaty*, diversos grupos sociais e políticos são consultados, assim como pesquisas de opinião pública sobre o assunto são realizadas.

Victor et al. (1998) afirmam que a implementação de acordos internacionais ocorre em dois níveis: o doméstico e o internacional, e pode ser entendida como o processo pelo qual as intenções dos Estados se traduzem em ações. No intuito de tornar os acordos cada vez mais robustos, os autores sugerem analisar a implementação destes por meio dos chamados "*systems for implementation review*", para os quais é difícil encontrar padrões comparáveis no nível doméstico. Por isso, a literatura referente ao campo de implementação nacional de políticas públicas pode oferecer perspectivas complementares de análise, semelhantes ao sistema mencionado anteriormente. Tal adição é fundamental, pois, apesar destes sistemas operarem no nível internacional, as atividades são realizadas no nível doméstico (Steiner et al, 2023).

Sob essa perspectiva, é prerrogativa principal do Estado, através da implementação e monitoramento de políticas públicas, a governança dos resíduos sólidos, porém uma rede extensa de atores descentralizados também contribui para a manutenção desta, como empresas e público. No exemplo brasileiro, Ademilson Zamboni – oceanólogo e diretor-geral da Oceana –, em publicação na Frente Parlamentar Ambientalista (2025), evoca, pelo menos, três atores preponderantes na discussão do tema: o Poder Público, que deve liderar a transição para um modelo sustentável e regulamentar a produção de embalagens recicláveis; a sociedade civil, mobilizada por campanhas como *Pare o Tsunami de Plástico*, que pressiona pela aprovação de legislações como o PL 2524/2022; e empresas privadas, no desenvolvimento de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis.

Ainda sobre a realidade brasileira, o Atlas do Plástico (2020, p.19) aborda novamente a responsabilidade da sociedade diante dos seguintes dados:

Se o “lixo é uma narrativa sobre hábitos cotidianos de uma sociedade”, alguns números podem explicar como a tragédia brasileira começa a se formar. Segundo dados do IBOPE de 2018, 75% dos brasileiros não separam materiais recicláveis. Desses, 39% não separam lixo orgânico dos demais e 77% sabem que o plástico é reciclável.

Os números expostos chamam atenção para um possível dissenso entre a opinião pública brasileira e seu comportamento político em relação ao uso do plástico. Pois, embora pesquisas de opinião pública indiquem um alto grau de preocupação da população com a poluição plástica e um forte apoio a políticas mais rigorosas de controle e redução do material (OCEANA, 2023; WWF, 2022; IPSOS, 2023), os índices de descarte inadequado do material sugerem que essa preocupação não se traduz em mudanças efetivas de comportamento. Esse descompasso demonstra que o comportamento da população não está em consonância com suas percepções ambientais, fato que justifica uma melhor investigação sobre os mecanismos de construção da opinião pública em torno da questão plástica, os quais operam entre conhecimento e ação.

Assim, os Estados não podem elaborar políticas de forma isolada; é imprescindível que as comunidades contribuam com perspectivas localizadas para a adaptação de diretrizes globais às suas realidades específicas (Center for International Environmental Law, 2022). A adoção de normas e regulamentos, especialmente em temas ambientais, requer mais do que decisões técnicas – exige aceitação social, mobilização coletiva e uma percepção compartilhada de urgência e responsabilidade. Milani (2008, p. 559.) propõe que, na deliberação democrática, as instituições políticas tornam-se porosas em relação à sociedade civil com o objetivo de compartilhar a responsabilidade da decisão política e de construir consensos sobre os conteúdos da política pública local. Assim, o autor evoca três motivos para a inserção do cidadão na formulação de políticas públicas:

Em primeiro lugar, (...) a participação cidadã na prestação de serviços sociais pode aumentar a qualidade dos resultados obtidos ao contrapor-se às formas monopólicas de produção de serviços sociais. Ela pode ajudar a incrementar a efetividade dos serviços sociais, tornando os gastos mais eficientes. Em segundo lugar, a participação pode significar a expressão de prioridades acerca de bens públicos futuros. (...) Em terceiro lugar, participar pode ser sinônimo de politizar as relações sociais no processo de constituição de espaços públicos para a formulação de políticas públicas locais.

Dessa forma, quando as políticas públicas contam com amplo respaldo popular, é possível que se ampliem as chances de conformidade voluntária, de fiscalização comunitária e de mobilização social para pressionar governos e empresas. Assim, no contexto da crise plástica, a opinião pública desempenha um papel essencial não apenas na formulação de políticas, mas também na conformidade com sua implementação, uma vez que legitimidade e engajamento social são fundamentais para seu efeito (Fonseca, 2013).

Portanto, mesmo sendo um ator que, tradicionalmente, possui um espaço pequeno no processo decisório de política externa, o público é preponderante na discussão da temática,

assim como suas percepções e disposição de desempenhar ações alinhadas ao ideal de sustentabilidade.

Outro paralelo entre a implementação de regimes internacionais e a de políticas públicas pode ser realizado, visto que a conformidade<sup>3</sup> é justamente uma das dimensões analisadas na mensuração da efetividade<sup>4</sup> de ambas. Para trabalhar tal conceito, O'Neill (2009) sugere os questionamentos: “os Estados implementam leis e regulamentos domésticos para cumprir suas obrigações?” e “essas mudanças legais, induzem alterações comportamentais nos atores que visam regular, como o público?”. A escolha de tais perguntas é oportuna na análise das duas dimensões, pois mudanças comportamentais e políticas são mais fáceis de identificar e medir do que outros tipos de impacto, fato que reforça a importância do monitoramento da opinião pública sobre assuntos estratégicos.

Nesse sentido, Mitchell (1994) evoca três fatores para a ocorrência da não conformidade: falta de vontade política ou intenção de cumprir, falta de capacidade ou habilidade para cumprir e a não conformidade involuntária. Apesar de tal proposição se referir ao âmbito estatal, a mesma lógica pode ser importada<sup>5</sup> para a análise do comportamento político do público, ou seja, ainda que esse deseje aderir à política ambiental proposta, pode se ver incapaz de fazê-lo devido à falta de recursos, capacitação ou alternativas favoráveis.

É nesse contexto que Barrowclough e Birkbeck (2022) ressaltam que uma governança global eficaz dos plásticos demandará uma maior integração entre a legislação ambiental internacional e a cooperação ampliada entre uma ampla diversidade de Estados e grupos da sociedade civil. De acordo com Haas (2015), tratados ambientais de grande alcance, que dependem de persuasão e consenso entre os envolvidos, tendem a demandar mais tempo para serem negociados, como o *Global Plastic Treaty*. Porém, tais acordos demonstram ser mais eficazes, pois equilibram custos e viabilidade política, o que aumenta suas chances de implementação e aderência. Portanto, entender a governança plástica global como

---

<sup>3</sup> O'Neill (2009) utiliza a definição de Faure and Lefevre (2005, p. 164): “a medida em que o comportamento de um Estado – parte de um tratado internacional – está realmente em conformidade com as condições estabelecidas neste tratado”.

<sup>4</sup> Para O'Neill (2009), eficácia é mais um conceito abrangente, abrangendo os elementos delineados por Young e Bernauer (2001), mas frequentemente se refere principalmente à resolução de problemas ambientais.

<sup>5</sup> Implementação geralmente se refere às leis e regulamentações que os Estados promulgam em conformidade com suas obrigações em tratados e, portanto, é um subconjunto da conformidade (O'Neill, 2009). Porém, no presente estudo, ao trabalhar a conformidade a nível de atores subnacionais, a “implementação” passa a ser a motivação que desencadeia (ou não) o conjunto de mudanças comportamentais, tornando assim, a conformidade um de seus subconjuntos.

multinível<sup>6</sup> e fragmentada<sup>7</sup> (Groot et al, 2025) ajuda a entender a necessidade de incluir agentes considerados menos relevantes na análise, como a opinião pública.

Mas como se dá o processo de construção do interesse coletivo e como transformar um público com baixa participação cívica em atores engajados na mudança ambiental? Educação e divulgação aumentam a consciência e a compreensão dos impactos dos detritos marinhos, além disso, o envolvimento entre a comunidade e os cientistas pode resultar em mudanças comportamentais em torno do uso do plástico (Vince et al, 2016). Tal impacto pode ser realizado pelo público tanto como cidadãos – pressionando o estado na formulação de políticas –, como consumidor, na mudança de preferências de consumo. Nesse sentido, alguns canais podem ser utilizados na promoção da mobilização social. No presente trabalho, é enfatizado o papel da mídia.

## 2.2. ASPECTOS PRÁTICO-TEÓRICOS DA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Para compreender a construção da percepção pública sobre a crise do plástico, é essencial investigar como essa temática se tornou um assunto de interesse e conhecimento geral. Groot et al. (2025) apresentam um histórico da evolução do plástico como uma questão de preocupação global, destacando que, em aproximadamente 70 anos, sua produção anual cresceu de 2 milhões para mais de 450 milhões de toneladas. Apesar desse aumento expressivo desde a década de 1950, apenas a partir de meados de 2010 a governança ambiental internacional passou a dedicar maior atenção à gravidade da poluição plástica nos oceanos. Em seu trabalho, os autores identificam que esse reconhecimento, mesmo que tardio, não foi impactado apenas pelo acúmulo de produções científicas a respeito do tema, mas também pela influência da opinião pública na saliência de certas temáticas no tocante a políticas ambientais globais.

Baum e Potter (2008) destacam o papel fundamental da mídia como mediadora da relação entre opinião pública e política externa. Segundo os autores, a mídia atua como controladora do fluxo de informações, influenciando a forma como determinados temas são apresentados e debatidos. Esse controle é especialmente relevante quando as informações

---

<sup>6</sup> Para Biermann et al (2009), citado por Groot et al (2025), refere-se a presença de arranjos institucionais de governança de diferentes níveis, como parcerias público-privadas ou diálogos ministeriais.

<sup>7</sup> Para Biermann et al (2009), citado por Groot et al (2025), refere-se a domínios políticos marcados por uma colcha de retalhos de instituições internacionais que são diferentes em seu caráter (organizações, regimes e normas implícitas), seus públicos (públicos e privados), seu escopo espacial (do bilateral ao global) e seu objeto de estudo (de campos políticos específicos a preocupações universais).

estão concentradas nas mãos de *stakeholders*, que detêm poder na formulação de políticas ambientais e na definição da agenda pública.

Sob essa perspectiva, ao tornar público, e viral, o vídeo de uma tartaruga marinha em sofrimento com um canudo preso em sua narina, a mídia deixava sua marca (BBC, 2024). O vídeo de 2015, gravado pela bióloga alemã Christine Figgener, transformou a tartaruga no símbolo da crise plástica e conferiu uma dimensão tangível aos impactos do lixo plástico oceânico, atingindo um público muito mais amplo e provocando maior comoção do que inúmeras produções acadêmicas sobre o tema publicadas até então.

Nesse sentido, “os meios de comunicação de massa podem ser entendidos como importantes agentes sociais envolvidos em processos de construções cognitivas coletivas, uma vez que veiculam em larga escala discursos interessados” (Nogueira, 2012, p. 118). McCombs e Shaw (1972) inauguraram o conceito de *agenda setting*, que descreve a capacidade da mídia de influenciar sobre o que o público deve pensar, ao selecionar quais temas merecem destaque na pauta nacional. Contudo, a influência midiática expande-se para além da seleção de temas por meio do enquadramento (*framing*): se o *agenda setting* define a relevância de uma questão, o enquadramento determina como ela deve ser interpretada. Ao destacar certos aspectos da crise do plástico em detrimento de outros, como focar no descarte individual e omitir a responsabilidade industrial, a mídia direciona a resposta emocional e cognitiva do público, moldando não apenas a percepção da urgência, mas a própria natureza da solução desejada pela coletividade.

Neste tema, Robinson (2008) provoca um debate relevante sobre o alinhamento ideológico da mídia e seus compromissos, discutindo se ela responde efetivamente à demanda por informações expressa pelo público ou se, na realidade, atua como um instrumento subordinado às elites, de forma a exercer controle sobre a sociedade e moldar sua agenda política.

Um exemplo disso é relatado por Males (2020) que investigou a relação do documentário sobre a vida marinha, *The Blue Planet*, com a definição de agenda pública. Os resultados mostram que, nas datas de exibição do programa no canal da BBC, em 2017, especificamente nos episódios que tratavam da poluição plástica marinha, houve um aumento significativo na popularidade relativa dos termos “poluição plástica”, “resíduos plásticos”, “plástico oceânico” e “lixo oceânico” na ferramenta de busca do Google (Males, 2020). De forma semelhante, assim como atentar-se para o que a mídia mostra, também é importante analisar o que ela não mostra, de forma que, a ausência de matérias sobre poluição plástica na mídia de massa pode não ser um fenômeno aleatório.

Em contrapartida, novas formas de comunicação, mais descentralizadas, proporcionam a cobertura de eventos globais de modo instantâneo, além de expandir o acesso a criação de conteúdo para uma parcela muito maior de pessoas, o que torna mais difícil e instável manipular informações e ideias (Robinson, 2008). Antes detentora do monopólio da informação, a mídia de massa, principalmente televisiva, passou a partilhar a função de fornecedor das notícias com a internet e, conseqüentemente, com as redes sociais (Melo et al, 2022). Sob essa perspectiva, novos desafios emergem.

Com a redução dos custos de divulgação de informação, a quantidade de material publicado na internet cresceu exponencialmente, ocasionando o surgimento de vários nichos de conteúdo, os quais se adequam de forma personalizada com o usuário (Melo et al, 2022). Essa forma de consumo da mídia influencia não só nas percepções do próprio indivíduo, mas projeta-se também coletivamente, visto que a ação individual de consumir e compartilhar apenas informações que se alinham com suas preferências ideológicas, constrói uma espécie de bolha, permeável apenas a informações que se retroalimentam como corretas. Tal fenômeno pode resultar no engajamento de indivíduos que já façam parte da bolha temática ambiental, mas também é um dos grandes causadores da polarização.

Segundo Zafar (2021), a teoria da aprendizagem social é utilizada para analisar essa ocorrência, pois descreve a aquisição de conhecimento por meio da observação das ações de outras pessoas. O ambiente de mídia social é percebido como um novo paradigma de aprendizagem em que os usuários aprendem com as experiências e o conhecimento coletivos durante a navegação; a educação ecológica não é uma exceção. Dessa forma, os indivíduos têm sua identidade, comportamento, atitude e valores, formados de forma porosa, sendo permeados por influências externas, sejam elas locais ou globais. Uma característica dessa forma de aprendizagem é a desinformação, no sentido de que as mídias digitais propiciam a formação de indivíduos extremamente opinativos, mas sem a construção de conhecimento realmente embasado (Baum et al, 2019). Esse comportamento também endossa o chamado “ativismo de sofá”, fenômeno no qual os indivíduos sentem que a mobilização digital é suficiente, de modo a não avaliar e reestruturar de forma crítica suas próprias atitudes diárias.

A mídia influencia em como a informação irá chegar no indivíduo, porém o que se apresenta como fator mais importante para a formação da opinião pública ambiental é justamente o conteúdo de tal informação. O nível de conhecimento, preocupação e atitude ligados à poluição plástica podem influenciar o comportamento humano. Um grande número de estudos apresenta associações positivas entre a preocupação ecológica e o comportamento pró-ambiental (Trivedi et al, 2018). Uma vez que o conhecimento é adquirido, este gera a

preocupação e, em sequência, pode levar à mobilização social. A pesquisa de Zafar (2021) evoca estudos realizados em diversos setores – como alimentício, turismo e de vinhos – na relação positiva entre informação e atitudes sustentáveis, evidenciando que informações pertinentes promovem a sustentabilidade.

Umuhire (2016) sugere a hipótese da sequência lógica de desdobramentos “Consciência - Conhecimento - Atitude”.

(...) é considerado um ciclo cognitivo interativo com os componentes **consciência** ambiental oceânica (percepção que pode ser ainda mais distinguida como "reconhecimento de um ambiente marinho seguro como socialmente valioso"), o **conhecimento** do ambiente oceânico (compreensão que pode ser ainda mais distinguida como "capacidade de identificar as fontes das ameaças" e "compreender a necessidade de tomar parte pessoal na prevenção da degradação costeira") e a **participação** em atividades relacionadas ao oceano (ação). (p. 290., grifo nosso para destaque)

Assim, é possível construir a cadeia de acontecimentos relacionando os componentes citados. Sob essa perspectiva, Umuhire (2016) coloca que a aquisição de conhecimento do ambiente oceânico ajuda a aumentar as preocupações sobre as questões oceânicas. Por conseguinte, a preocupação ecológica de um indivíduo influencia sua atitude subsequente, que por fim desencadeia um padrão de ações pró-ambientais, ou seja, um comportamento. Essa relação descreve um modelo hierárquico complexo que estabelece as relações entre valor-atitude-comportamento (Trivedi, 2018).

Contudo, a conscientização individual é apenas o primeiro passo de uma engrenagem maior. Quando o conhecimento sobre o impacto ambiental deixa de ser uma reflexão isolada e passa a ocupar o debate público, ele pavimentava o caminho para mudanças estruturais. A esse respeito, Borick (2022) cita o caso dos Estados Unidos no início dos anos 1970. Nesse período, o Congresso aprovou uma série de leis ambientais, a saber: a Lei Nacional de Política Ambiental (1970), a Lei do Ar Limpo (1970), a Lei da Água Limpa (1972) e a Lei de Espécies Ameaçadas (1973). O autor credita tais avanços ao aumento da conscientização e do apoio popular à intervenção governamental diante da degradação ambiental, os quais culminaram nessa onda legislativa sem precedentes.

Borick (2022) também destaca fatores que podem influenciar a opinião pública sobre questões ambientais. Por exemplo, o declínio no reconhecimento das mudanças climáticas nos EUA coincidiu com a crise econômica de 1930, e estudos indicam que o agravamento das condições financeiras contribuiu diretamente para essa mudança de percepção. Além disso, pesquisas apontam que a atuação de setores como a indústria de combustíveis fósseis, líderes

republicanos no Congresso e figuras da mídia conservadora ajudaram a aumentar o ceticismo em relação à ciência climática entre parte da população (Borick, 2022).

Essa correlação entre instabilidade político-econômica e percepção ambiental revela uma barreira teórica fundamental para a mudança de hábitos: a hierarquização das urgências. Na prática, a consciência ecológica não opera em um vácuo, mas compete diretamente com as necessidades imediatas de sobrevivência e segurança. Uma pesquisa realizada pela Ipsos, em março de 2025, ilustra com precisão esse fenômeno no contexto brasileiro. Ao observar que preocupações com Crime e Violência (43%) e Inflação (38%) superaram em mais de o triplo o interesse por Ameaças ao Meio Ambiente (13%), nota-se que a relevância do meio ambiente é frequentemente subordinada pela realidade socioeconômica. Assim, a teoria sugere que, enquanto houver uma percepção de crise nas bases materiais da sociedade, o ceticismo ou a indiferença ambiental tendem a ser alimentados não apenas por falta de informação, mas por uma saturação de prioridades que impede que o tema ecológico ascenda ao topo da agenda pública.

Ademais, a segunda parte da pesquisa de Borick (2022), sobre como lideranças políticas moldam o ceticismo ambiental, materializou-se no Brasil através de uma retórica que institucionalizou a degradação. Ao priorizar o avanço predatório sobre a proteção técnica, o governo Bolsonaro resultou em um aumento de 60% no desmatamento da Amazônia e em crises humanitárias, como a invasão garimpeira em terras Yanomami. Esse cenário demonstra que a opinião pública não é apenas afetada pela economia, mas ativamente redirecionada por discursos oficiais que minam esforços científicos e internacionais, validando o retrocesso socioambiental como um projeto de Estado.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1. O TRATADO GLOBAL DOS PLÁSTICOS: RETROSPECTIVA DAS NEGOCIAÇÕES (2022 - 2025)**

O Acordo Global dos Plásticos é o objetivo final de uma série de negociações destinadas a estabelecer um tratado internacional juridicamente vinculante que tenha como objeto a crise plástica vivenciada na atualidade. O tratado em questão almeja uma abordagem de ciclo de vida completo, abordando o plástico desde o design e produção até o descarte e a gestão de resíduos. O mecanismo processual de ação para alcançar, idealmente, o fim da poluição plástica, foi a criação do Comitê de Negociação Intergovernamental, em março de

2022. Desde então, tem-se investido na discussão da temática a partir de sucessivas rodadas de negociação, as quais compreendem desde disputas textuais até financeiras.

Sua primeira sessão (INC-1) ocorreu em Punta del Este, Uruguai (novembro/dezembro de 2022); a segunda (INC-2) em Paris, França (maio/junho de 2023); a terceira (INC-3) em Nairóbi, Quênia (novembro de 2023); e a quarta (INC-4) em Ottawa, Canadá (abril de 2024). A quinta sessão já conta com três partes: Busan, República da Coreia (INC-5.1, novembro/dezembro de 2024) e Genebra, Suíça (INC-5.2, agosto de 2025 e INC-5.3, fevereiro de 2026). A fim de compreender a trajetória de tais debates, foram consultados os relatórios oficiais da UNEP (United Nations Environment Programme), os quais publicizam uma espécie de resumo das rodadas de negociação, resumizando os pontos chaves de entraves e avanços das discussões.

Quadro 1. Relatórios do INC-1 ao INC-5.2

INC-1	<a href="https://enb.iisd.org/sites/default/files/2022-12/enb3607e.pdf">https://enb.iisd.org/sites/default/files/2022-12/enb3607e.pdf</a>
INC-2	<a href="https://enb.iisd.org/sites/default/files/2023-06/enb3612e.pdf">https://enb.iisd.org/sites/default/files/2023-06/enb3612e.pdf</a>
INC-3	<a href="https://enb.iisd.org/sites/default/files/2023-11/enb3620e.pdf">https://enb.iisd.org/sites/default/files/2023-11/enb3620e.pdf</a>
INC-4	<a href="https://enb.iisd.org/sites/default/files/2024-05/enb3627e.pdf">https://enb.iisd.org/sites/default/files/2024-05/enb3627e.pdf</a>
INC-5.1	<a href="https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/47162/INC_5_1_Report.pdf">https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/47162/INC_5_1_Report.pdf</a>
INC-5.2	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/inc_5.2_report.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/inc_5.2_report.pdf</a>

Base de dados do International Institute for Sustainable Development

A análise cronológica dos relatórios do *International Institute for Sustainable Development* (IISD), os chamados *reports*, revela pilares que sustentam o debate do Tratado Global, bem como proposições que se transformam conforme as negociações avançam. Entre as características permanentes, destaca-se a defesa de uma “abordagem abrangente que aborde todo o ciclo de vida dos plásticos” (IISD, 2022; 2023; 2024, p. 1). Esta premissa, embora central, constitui um dos principais pontos de discórdia do processo, visto que as delegações divergem se o ciclo de vida deve incluir a extração de matérias-primas (*upstream*) ou iniciar

apenas no design de produtos (*midstream*). Tal discussão pode ser exemplificada por um trecho presente no *report* do INC-3 (INSD, 2023 p. 1):

“...as diferentes interpretações da resolução 5/14 da UNEA vieram à tona, com as delegações compartilhando suas visões sobre o 'ciclo de vida completo do plástico', com alguns favorecendo medidas que abordam a produção de plástico, e outros favorecendo medidas *downstream* para eliminar os resíduos plásticos.”

Essa disputa é estratégica, pois, na prática, define 1) se as obrigações do tratado compreenderão a indústria petroquímica ou serão limitadas apenas à cadeia de consumo e resíduos e 2) qual será a distribuição dos custos de conformidade entre os atores estatais e privados.

Outra característica que se mantém é a participação ampla. As negociações reúnem mais de 160 países e uma vasta gama de *stakeholders*, incluindo organizações da sociedade civil, setor privado, academia e comunidades indígenas. Essa diversidade materializa o conceito de governança multinível e fragmentada (Groot et al, 2025; Barrowclough e Birkbeck, 2022), reiterando a ideia de que a solução para a crise plástica exige a cooperação entre Estados e múltiplos grupos da sociedade civil. Embora enriqueça o debate, essa estrutura também reflete a complexidade de interesses em jogo, o que, segundo Haas (2015), torna a negociação de tratados baseados em consenso mais demorada, fato que entra em conflito com o prazo ambicioso do tratado.

Conforme apresentado, alguns pontos se modificam com a evolução da negociação, exemplo disso é a própria natureza do *paper* trabalhado. A evolução da natureza jurídica e estrutural do documento de negociação reflete as tensões políticas inerentes ao tratado. O processo iniciou-se no INC-1 com uma lista conceitual de opções, que foi materializada no “*Zero Draft*” durante o INC-2 e, em seguida, expandida, contando com as propostas de todos os membros (INC-3). No entanto, tal tentativa de inclusividade resultou em uma compilação massiva e fragmentada, onde o texto se tornou um repositório de posições nacionais divergentes. Embora o INC-4 tenha buscado consolidar essas propostas, foi na transição para o INC-5 que ocorreu uma ruptura metodológica: a introdução do “*Texto do Presidente*” (*Chair’s Text*). Como observado na retomada da sessão em Genebra (INC-5.2), essa mudança para uma abordagem *top-down* visava conferir agilidade ao processo, mas gerou resistências significativas. Nesse sentido, delegações questionaram a legitimidade desse novo texto em face ao trabalho acumulado anteriormente, temendo que a simplificação proposta pela

presidência pudesse excluir condições essenciais ou temas sensíveis, como as medidas *upstream* de controle de polímeros plásticos primários.

Além disso, as divergências evoluíram de debates conceituais para impasses textuais concretos em três eixos principais. Primeiramente, a definição do “ciclo de vida completo” do plástico tornou-se a principal linha de discussão política. Ao longo das rodadas, essa divergência se cristalizou em propostas textuais explícitas, como as que visavam regular polímeros plásticos primários, e ao final do INC-5, foi identificada como um dos temas mais controversos que impediram um acordo.

De forma semelhante, sobre a natureza das obrigações do tratado, a disputa permeou quase todos os artigos. O debate entre uma lista global de proibições (abordagem *top-down*) e medidas determinadas nacionalmente (*bottom-up*) espelha o desafio central apontado por O’Neill (2009) e Victor et al. (1998): a tensão entre criar obrigações internacionais claras e garantir que os Estados de fato as implementem por meio de leis e regulamentos domésticos que induzam a mudanças comportamentais. A questão sobre se as medidas seriam mandatórias ou voluntárias permaneceu sem solução, refletindo a dificuldade em alinhar a vontade política dos diferentes Estados.

Finalmente, temas como a proibição de substâncias químicas e as modalidades de financiamento consolidaram-se como áreas de profunda divergência. Essa resistência demonstra que a viabilidade de decisões internacionais é indissociável do suporte financeiro oferecido para sua execução. Nesse cenário, a chamada “capacidade de cumprir” (Mitchell, 1994) é um ponto central da negociação, pois muitos países condicionam a aceitação de obrigações robustas à garantia de meios de implementação adequados. A esse respeito, no INC-5, o debate sobre financiamento se concretizou em duas propostas textuais opostas: a criação de um fundo novo e dedicado *versus* o uso de um mecanismo existente como o GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente<sup>8</sup>).

A situação do tratado, refletida no desfecho da INC-5.2 em Genebra, evoca a continuidade de gargalos operacionais e políticos. Embora o comitê tenha conseguido encaminhar os primeiros textos consensuais para o grupo de redação jurídica, o processo não seguiu na velocidade planejada. Debates no tocante a simples definições de termos ainda ocorrem e, além disso, o texto das negociações, em vez de ser reduzido, expandiu-se em

---

<sup>8</sup> O Global Environment Facility (GEF), ou Fundo Global para o Meio Ambiente, é uma organização financeira independente e multilateral que atua como o principal mecanismo de financiamento para grandes convenções ambientais das Nações Unidas. O GEF foi estabelecido em 1991 como um programa piloto do Banco Mundial com o objetivo de apoiar a proteção do meio ambiente global e promover o desenvolvimento sustentável (Ministério da Fazenda, 2024).

volume de colchetes, evidenciando que a tentativa de transição para um "Texto da Presidência" ainda não resolveu as divergências profundas sobre o escopo e o financiamento. A estrutura de trabalho em grupos paralelos, embora desenhada para acelerar o ritmo, expôs a vulnerabilidade de delegações menores e a dificuldade de se alcançar o consenso em temas sensíveis, como o direito soberano sobre recursos naturais e as responsabilidades diferenciadas. Tal entrave beneficiou os chamados *Like Minded Group*, visto o atraso nas negociações.

Assim, o tratado encontra-se em uma fase crítica de limpeza textual, e o sucesso futuro depende agora da capacidade política de converter as inúmeras opções em um instrumento jurídico inclusivo, mas também prático e capaz de evoluir.

Uma vez delineados os impasses globais e a evolução das negociações do Tratado, cabe analisar como a diplomacia brasileira vem se posicionando frente a esses desafios. Para tanto, esta seção dedica-se ao exame das declarações oficiais – *written statements* – submetidas pelo Brasil e divulgadas pela UNEP. Tais documentos, que sintetizam a voz do Estado brasileiro nas rodadas de negociação, permitem identificar como o país equilibra suas demandas domésticas com as pressões por um regime internacional vinculante. Ressalte-se que a ausência de uma subseção específica para o INC-5 decorre da indisponibilidade de declarações oficiais (*written statements*) brasileiras na plataforma do UNEP até o momento desta pesquisa. Para suprir essa lacuna e garantir a integridade da análise cronológica, optou-se pelo exame dos documentos de sessão (*in-session documents*) submetidos pela delegação brasileira durante a referida rodada, os quais permitem mapear a continuidade e os eventuais ajustes no posicionamento nacional.

Quadro 2. *Written statements* do Brasil: INC-1 à INC-4

INC-1	INC-2	INC-3	INC-4
<a href="https://resolutions.unep.org/resolutions/uploads/brazil_all_statements.pdf">https://resolutions.unep.org/resolutions/uploads/brazil_all_statements.pdf</a>	<a href="https://resolutions.unep.org/resolutions/uploads/brazil_1.pdf">https://resolutions.unep.org/resolutions/uploads/brazil_1.pdf</a>	<a href="https://resolutions.unep.org/resolutions/uploads/brazil_2.pdf">https://resolutions.unep.org/resolutions/uploads/brazil_2.pdf</a>	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_initial_intervention_23_apr.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_initial_intervention_23_apr.pdf</a>

Base de dados do International Institute for Sustainable Development

Quadro 3. *In session documents* - Brasil e GRULAC, INC-5.1 e INC-5.2

Título	Acesso	Brasil ou GRULAC?	Rodada INC-5
Artigo 19	<a href="https://resolutions.unep.org/resolutions/uploads/brazil_1.pdf">https://resolutions.unep.org/resolutions/uploads/brazil_1.pdf</a>	BRASIL	INC 5.1

	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/article_19_-_brazil_0.pdf">ep.org/incres/uploads/article_19_-_brazil_0.pdf</a>		
Objetivos (versão curta)	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_-_objectives_-_shorter_version_0.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_-_objectives_-_shorter_version_0.pdf</a>	BRASIL	INC 5.1
Objetivos	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_-_objectives.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_-_objectives.pdf</a>	BRASIL	INC 5.1
Submissão ao órgão subsidiário científico e técnico	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_submission_on_the_scientific_and_technical_subsidary_body.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_submission_on_the_scientific_and_technical_subsidary_body.pdf</a>	GRULAC	INC 5.1
Submissão no artigo 12	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_submission_on_article_12_1.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_submission_on_article_12_1.pdf</a>	GRULAC	INC 5.1
Princípios	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/principles_-_brazil_0.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/principles_-_brazil_0.pdf</a>	BRASIL	INC 5.1
Adoção e Emenda de anexos	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/submission_of_brazil_on_adoption_and_amendment_of_annexes_0.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/submission_of_brazil_on_adoption_and_amendment_of_annexes_0.pdf</a>	BRASIL	INC 5.1
Submissão em “Transição Justa”	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_submission_on_just_transition_1_0.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_submission_on_just_transition_1_0.pdf</a>	GRULAC	INC 5.1
Submissão em “equipamento de pesca”	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_submission_on_fishing_gear_1.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_submission_on_fishing_gear_1.pdf</a>	GRULAC	INC 5.1

Submissão CG2	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_submissions_cg2.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_submissions_cg2.pdf</a>	BRASIL	INC 5.1
Artigo 8	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_-_article_8.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_-_article_8.pdf</a>	BRASIL	INC 5.1
Aditivos Químicos	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/crp_brasil_finalen_0_0.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/crp_brasil_finalen_0_0.pdf</a>	BRASIL	INC 5.1
Artigo 5 - Design de Produto	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_-_article_5_-_product_design_0_0.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_-_article_5_-_product_design_0_0.pdf</a>	BRASIL	INC 5.1
Artigo 5 - Design de Produto - correção	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_-_article_5_-_product_design_-_corr.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_-_article_5_-_product_design_-_corr.pdf</a>	BRASIL	INC 5.1
Aditivos Químicos	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/crp_brasil_finalen_5.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/crp_brasil_finalen_5.pdf</a>	BRASIL	INC 5.1
Declaração de Encerramento	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_closing_statement_0.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_closing_statement_0.pdf</a>	GRULAC	INC 5.1
Texto do Presidente	<a href="https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/46710/Chairs_Text.pdf">https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/46710/Chairs_Text.pdf</a>	GERAL	INC 5.1
Relatório INC.1	<a href="https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/47162/INC_5_1_Report.pdf">https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/47162/INC_5_1_Report.pdf</a>	GERAL	INC 5.1
Declaração de Abertura	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_opening_statement_0.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/grulac_inc-5_opening_statement_0.pdf</a>	GRULAC	INC 5.1

Proposta do Brasil e da República da Coreia – CG1 – Artigo 3	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_and_republic_of_korea_cg1_art._3_-_updated.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_and_republic_of_korea_cg1_art._3_-_updated.pdf</a>	GRUPO DE CONTATO 1	INC-5.2
Proposta do Brasil – CG1 – Artigo 5	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_cg1_article_5_-_new_proposal.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_cg1_article_5_-_new_proposal.pdf</a>	BRASIL	INC-5.2
Rascunho de Proposta - Artigo 5	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_cg1_art._5.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_cg1_art._5.pdf</a>	BRASIL	INC-5.2
Proposta do Brasil – CG1 – Artigo 3	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_cg1_art._3_-_balancing_elements.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_cg1_art._3_-_balancing_elements.pdf</a>	BRASIL	INC-5.2
Proposta do Brasil e da República da Coreia – CG1 – Artigo 3	<a href="https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_and_republic_of_korea_cg1_art._3.pdf">https://resolutions.unep.org/incres/uploads/brazil_and_republic_of_korea_cg1_art._3.pdf</a>	BRASIL E REPÚBLICA DA COREIA	INC-5.2

Base de dados do International Institute for Sustainable Development

#### a. INC-1 (Novembro de 2022 – Punta del Este)

Na primeira rodada de negociação, que teve um caráter mais conceitual, o Brasil apresentou uma posição inicial multifacetada, possivelmente representada dessa forma por refletir o governo em transição. Sobre o texto, em um primeiro momento, o discurso enfatizou ações nacionais e a economia circular, destacando o sucesso do país na reciclagem e anunciando um compromisso voluntário de recuperar 50% das embalagens plásticas até 2040. No entanto, essa narrativa otimista contrasta com a realidade nacional, onde a taxa de reciclagem de plásticos é inferior à já baixa média global de 9% (Jornal da USP, 2024), o que evidencia uma lacuna entre o discurso diplomático e os desafios domésticos.

Essa abordagem alinhava-se à corrente que defendia metas determinadas nacionalmente, uma estrutura que, embora facilite a adesão política, desloca o ônus da

implementação (Victor et al., 1998) para a esfera doméstica, diluindo a pressão por conformidade (O'Neill, 2009) em favor da flexibilidade. Contudo, em uma intervenção posterior, o país adotou um tom mais ambicioso, afirmando que as obrigações do tratado deveriam cobrir desde o fornecimento de matéria-prima renovável até a defesa de uma transição justa, além de defender o tratamento de produtos químicos tóxicos, temática que posteriormente será recorrente nas intervenções brasileiras. Essa dualidade posicionou o Brasil de forma inicial em ambos os lados do debate sobre a estrutura do futuro acordo.

#### **b. INC-2 (Maio de 2023 – Paris)**

Já sob um novo governo, com discurso de forte compromisso ambiental, a posição brasileira se voltou ao campo da alta ambição. A delegação defendeu um "instrumento ambicioso juridicamente vinculante, com meios de implementação igualmente ambiciosos" (Brasil no INC-2, 2023. p. 1). A camada social ganhou grande destaque, com uma forte ênfase na necessidade de proteção e inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis, cujos serviços ambientais deveriam ser reconhecidos e valorizados economicamente.

Sobre isso, Milani (2008) propõe que, na deliberação democrática, as instituições políticas tornam-se porosas em relação à sociedade civil com o objetivo de compartilhar a responsabilidade da decisão política e de construir consensos sobre os conteúdos da política pública local. Ao trazer este ator para o centro do debate, a posição brasileira materializa tal proposta, buscando construir legitimidade e compartilhar a responsabilidade pela implementação da política pública em nível local. Diante de um dos debates centrais do tratado, o Brasil também listou explicitamente temas *upstream* e *midstream*, como "plásticos problemáticos e desnecessários" e a "transparência sobre aditivos químicos", alinhando-se com os países que buscavam um tratado mais robusto e abrangente, pelo menos no discurso.

#### **c. INC-3 (Novembro de 2023 – Nairóbi)**

Durante o INC-3, o discurso brasileiro se destaca por assumir uma posição de liderança estratégica, principalmente em relação ao GRULAC e outros países em desenvolvimento. Diante do risco de se avançar nas obrigações técnicas sem garantias de suporte, a delegação brasileira condicionou seu apoio ao progresso técnico a um avanço paralelo nas discussões sobre financiamento: "não podemos apoiar nenhum trabalho

intersessional sobre questões técnicas se não for acompanhado por um trabalho intersessional sobre financiamento" (Brasil no INC-3, 2023. p. 2). Tal argumento foi reforçado por meio da utilização do princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", de forma a propor que a ambição do tratado é inseparável dos meios de implementação necessários para alcançá-la, uma manobra que condiciona a aceitação de regras no nível global à viabilização da capacidade de ação no nível doméstico, atacando preventivamente uma das principais barreiras à conformidade (Mitchell, 1994).

#### **d. INC-4 (Abril de 2024 – Ottawa)**

Na quarta rodada, o Brasil reforçou novamente a importância da abrangência do acordo, citando a ciência como um grande aliado do tratado. Além disso, retomou também a necessidade de um robusto mecanismo de financiamento e tecnologia para os países em desenvolvimento. Ademais, demonstrou proatividade e importância ao acordo ao coorganizar, com o Reino Unido, consultas de especialistas sobre "polímeros e produtos químicos de preocupação" e "produtos plásticos problemáticos e evitáveis". Essa iniciativa, envolvendo cooperação Sul-Norte e atores não estatais (especialistas), é uma manifestação prática da governança multinível (Haas, 2015; Barrowclough; Birkbeck, 2022; Groot et al, 2025), onde o conhecimento técnico é mobilizado para construir consenso político.

O discurso se mostrou novamente ambicioso e focado na origem do problema (*upstream*), afirmando que o foco da temática não deveria ser apenas nos resíduos, mas nos produtos em si, e defendendo a criação de "listas e anexos a serem adotados globalmente" para proibir ou restringir polímeros e químicos danosos. Observa-se que, ao propor essa abordagem *top-down*, o Brasil estava apostando em um mecanismo que facilita a conformidade (O'Neill, 2009), na lógica de que obrigações claras e específicas tornam o processo de tradução da norma internacional para a legislação doméstica (Victor et al., 1998) mais direto e mensurável. Percebe-se o caráter *top-down* de tal ideia, o qual difere da antes defendida pelo Brasil, responsabilidade comum, porém diferenciada.

#### **e. In session documents do INC-5.1 e INC-5.2 (Novembro de 2024 - Busan; Agosto de 2025 - Geneva)**

Na falta de um discurso oficial promulgado pelo Brasil na rodada em questão, foram analisados os chamados "*in session documents*", os quais apresentam uma maior riqueza de

detalhes quanto às temáticas abordadas e anexos adicionados pelo país nos documentos oficiais do *Global Plastic Treaty*. A análise dos documentos aponta que o apelo ao tratado foi realizado, principalmente, ao colocar a saúde e a vida humana no centro das discussões. Assim, o meio ambiente e a biodiversidade ficaram em segundo plano, tendo seus valores dependentes de sua importância à humanidade.

No INC 5.1, povos indígenas e trabalhadores, como os catadores, são constantemente mencionados, de forma a seguir a lógica de desenvolvimento sustentável que reconhece a erradicação da pobreza como requisito indispensável. Sob essa perspectiva, em contribuição ao Artigo 19, o Brasil incentiva a colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). É defendido que o Órgão Governante do futuro instrumento deve consultar e colaborar ativamente com os organismos citados, a fim de promover o intercâmbio de informações e, sobretudo, garantir que as normas e diretrizes já estabelecidas pela OIT sejam integradas ao tratado.

Quanto à implementação, assuntos relacionados a tecnologia e a financiamento são os mais frequentes. A esse respeito, as declarações evidenciam uma preocupação de proporcionar uma transição justa, principalmente para os países em desenvolvimento. A proposta sugere a criação de um mecanismo de cooperação, supervisionado por um comitê, que atuaria como uma plataforma para identificar necessidades, conectar doadores e facilitar o acesso a conhecimento e expertise.

Já para medidas de gestão, são focadas fontes específicas de poluição: o GRULAC propõe a cooperação para gerenciar os equipamentos de pesca abandonados, com apoio a pescadores artesanais, enquanto o Brasil, ao destacar seus desafios com lixões, retoma que solucionar a poluição já existente depende de financiamento e cooperação internacional.

No INC-5.2, como uma das lideranças do Grupo de Contato 1, as declarações brasileiras foram especificamente direcionadas aos artigos 3 e 5 do acordo. No Artigo 3, o Brasil defendeu o estabelecimento de critérios técnicos para gerir ou proibir produtos plásticos com alto potencial de poluição ou riscos à saúde, propondo a criação de um Comitê de Revisão Científico-Técnico-Econômico-Social para garantir que as listagens globais sejam baseadas em evidências e conhecimentos tradicionais.

Paralelamente, no Artigo 5, o país focou novamente na economia circular e no design de produto. O ponto central da diplomacia brasileira foi a inserção de elementos de equilíbrio, que vinculam a implementação de obrigações de design e restrições de produtos à disponibilidade de recursos e ao sucesso das revisões de eficácia do Mecanismo Financeiro (Artigo 11), assegurando que as metas não ultrapassem a capacidade de implementação dos

países em desenvolvimento. Além disso, medidas *bottom-up* foram sugeridas, seguidas da argumentação em prol das diferentes capacidades de conformidade dos países participantes. Tal comportamento demonstra novamente uma mudança de posicionamento e estratégia antes sugerida (INC-4) pela delegação brasileira, a qual defendeu a criação de "listas e anexos a serem adotados globalmente".

### 3.2. DADOS DE SURVEYS DA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA

A fim de compreender a percepção pública da crise plástica no Brasil, analisa-se uma série de pesquisas internacionais de opinião pública realizadas no território nacional. Os dados foram coletados pela Ipsos e pelo Greenpeace, a pedido de organizações de grande relevância no debate ambiental, como o World Wide Fund for Nature (WWF) e a Plastic Free Foundation. Tais questionários foram especificamente escolhidos por seu potencial em acompanhar a evolução das opiniões rastreadas ao longo dos anos. Os dados selecionados foram obtidos pelas pesquisas intituladas: “A Throwaway World: The Challenge of Plastic Packaging and Waste”; “Attitudes Towards Single Use Plastics” e “People vs Plastic” e contemplam o período, respectivamente, de 2019 e 2024; 2022 e 2024; e 2024, incluindo informações sobre o nível de preocupação da população, o grau de apoio a medidas regulatórias e o reconhecimento da gravidade do problema. A análise buscou, por um lado, identificar como a opinião pública brasileira se posiciona em relação ao tema, e por outro, comparar esse posicionamento com a média global. A sistematização dos dados foi organizada em uma tabela comparativa (disponível no APÊNDICE A), contendo:

1. as perguntas do *survey*;
2. as respostas dos entrevistados (porcentagem de “concordo”), em comparação com a média global, ao longo dos anos; e
3. a fonte e realizador da pesquisa.

Adicionalmente, reconhece-se a limitação intrínseca ao uso de surveys e pesquisas de opinião secundárias. É imperativo considerar que toda pesquisa de opinião é um artefato encomendado por atores específicos, cujos interesses institucionais ou políticos podem influenciar desde a formulação das perguntas até o recorte da amostra.

Em primeiro lugar, nas pesquisas realizadas em mais de uma rodada, percebe-se o aumento da preocupação ambiental na sociedade, visto que a porcentagem de “concordo” para proposições sustentáveis sugeridas pelos entrevistadores aumentam. Tal resultado evoca um

possível aumento da conscientização brasileira a respeito do tema e, conseqüentemente, apoio a propostas para solucionar a crise plástica.

A resposta de somente uma das proposições foge a esse padrão: “tornar fabricantes e varejistas responsáveis pela redução, reutilização e reciclagem de embalagens de plástico”. A primeira rodada da pesquisa que contém a sentença citada ocorreu em 2022 e apresentou a taxa de 77% de concordância, em contraste com a de 63%, catalogada em 2024. Interessante notar que, nessa pergunta, a média mundial também diminuiu de um ano para o outro, saindo de 78% para 73%. Tal anomalia pode indicar um processo de desilusão quanto à auto-regulação corporativa, impulsionando o desejo por intervenções alternativas. Outra leitura pode ser a de um deslocamento do interesse social, que migra da gestão para a periculosidade do material em si. Essa mudança de paradigma pode estar impulsionada pelo crescente enquadramento no risco à saúde, onde a toxicidade dos químicos presentes nos plásticos assume o protagonismo na agenda de preocupações do cidadão brasileiro.

Ademais, a análise comparativa demonstra que o público brasileiro apresenta índices de engajamento e preocupação levemente superiores às médias globais. Enquanto a média global de apoio a um tratado internacionalmente vinculante é de 88%, no Brasil esse índice atinge 92%, evidenciando uma alta expectativa por normas jurídicas rígidas e globais. Esse padrão se repete na percepção sobre a necessidade de reduzir a produção de plástico: 89% dos brasileiros concordam com o corte na produção para interromper a poluição, superando os 82% da média mundial. Esse distanciamento positivo sugere que a sociedade brasileira possui uma maturidade analítica que acredita na insuficiência de medidas exclusivamente *downstream* e locais.

A esse respeito, percebe-se um padrão de ceticismo quanto à eficácia dessas soluções tradicionais de gerenciamento de resíduos (*downstream*). Menos da metade dos respondentes (47%) avalia o serviço de reciclagem local como bom, e o nível de confiança na reciclabilidade de todos os plásticos caiu de 65% em 2019 para 55% em 2022. Essa percepção de ineficiência e confusão contrasta com a narrativa apresentada pelo Brasil no INC-1 em 2022, quando o país destacou seu suposto sucesso na reciclagem, uma declaração que se choca não apenas com a opinião pública, mas com a realidade factual, visto a porcentagem ínfima de 1,3% que o Brasil recicla de seus resíduos plásticos (Jornal da USP, 2024).

Em contrapartida, há uma transferência da responsabilidade para o setor produtivo: a concordância de que fabricantes devem ser obrigados a auxiliar na reciclagem e reuso saltou de 77% para 90% no Brasil, superando a média global de 85%. Esse dado é central, pois

indica que a população brasileira apoia, em teoria, o princípio do poluidor-pagador e espera que o ônus da gestão não recaia apenas sobre o indivíduo.

Ainda sobre a realidade brasileira, o Atlas do Plástico (2020, p.19) aborda a responsabilidade da sociedade diante dos seguintes dados:

Se o “lixo é uma narrativa sobre hábitos cotidianos de uma sociedade”, alguns números podem explicar como a tragédia brasileira começa a se formar. Segundo dados do IBOPE de 2018, 75% dos brasileiros não separam materiais recicláveis. Desses, 39% não separam lixo orgânico dos demais e 77% sabem que o plástico é reciclável.

Os números chamam atenção para um possível dissenso entre a opinião pública brasileira e seu comportamento político em relação ao uso do plástico. Pois, embora os *surveys* citados indiquem um alto grau de preocupação da população com a poluição plástica e um forte apoio a políticas mais rigorosas de controle e redução do material, os índices de descarte inadequado do material sugerem que essa preocupação não se traduz em mudanças efetivas de comportamento. Esse descompasso demonstra que o comportamento da população não está em consonância com suas percepções ambientais, fato que justifica uma melhor investigação sobre os mecanismos de construção da opinião pública em torno da questão plástica, os quais operam entre conhecimento e ação.

Por fim, outro ponto de destaque é a profunda preocupação com os efeitos da poluição plástica na saúde humana, cujos índices superam largamente as médias internacionais. Por exemplo, a preocupação com os efeitos adversos na saúde própria atinge 86% no Brasil, comparado a 78% globalmente. Esse enquadramento da questão plástica reflete-se inclusive no apoio massivo (86%) ao banimento de substâncias químicas perigosas na composição do material. Assim, os dados sugerem que, no Brasil, o tema plástico é percebido menos como uma questão de conservação ambiental e mais como uma de saúde pública.

Em suma, a análise dos *surveys* desenha um panorama complexo da opinião pública brasileira. É possível perceber uma sintonia com o enquadramento de saúde promovido pelo governo, uma notável disposição para a mudança de hábitos individuais e uma cobrança comparativamente mais branda por transformações estruturais na produção e na responsabilidade corporativa. Ao perceber as mesmas tendências no discurso oficial, pode-se inferir que este cenário não surge espontaneamente; ele é construído e sustentado por narrativas específicas. A formação dessa opinião pública pode ser atribuída a uma confluência de fatores. Por exemplo, a insistente narrativa da reciclagem como solução final, frequentemente amplificada por uma cobertura midiática focada no visível – como o lixo nas

praias, e não a produção industrial –, desvia a atenção das responsabilidades estruturais. Essa percepção é reforçada pela falta de infraestrutura visível e eficiente de coleta seletiva, que faz o problema parecer uma falha de comportamento individual.

### 3.3. ANÁLISE DE CONTAS DO INSTAGRAM

A análise anterior revelou uma confluência entre o discurso institucional brasileiro, observado nos documentos oficiais, e os padrões encontrados na opinião pública nacional. Diante dessa correspondência, surge uma questão central: essa convergência ocorre de maneira orgânica ou o discurso institucional pode ser uma narrativa interessada, projetada para moldar a percepção social? Para investigar essa possibilidade, esta seção se debruça sobre a mídia digital, entendida aqui como veículo fundamental e arena para a construção de opinião. O foco recai sobre as contas oficiais do Instagram do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Greenpeace Brasil, analisadas entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2025. O período de tempo foi selecionado a partir do marco de início das negociações do Tratado Global dos Plásticos.

A escolha dessas duas contas se deu por seu papel representativo: o MMA como ator institucional responsável pela comunicação ambiental do governo federal e o Greenpeace como organização ambientalista com grande alcance na atuação digital no país. Dessa forma, a presente fase conversa com as etapas anteriores, mantendo a lógica comparativa entre os dois atores (público e institucional), mas dessa vez observados na arena comunicacional, mais especificamente, na rede social Instagram. Tal análise foi feita de forma manual, buscando maior integridade dos resultados, porém, reconhece-se a limitação intrínseca à natureza dinâmica das redes sociais. Uma vez que as interações digitais – como curtidas, comentários e exclusões de conteúdo – ocorrem em fluxo contínuo e em tempo real, existe uma lacuna inevitável entre o momento da coleta e a publicação final, caracterizando os resultados como um retrato fiel, porém estático, de um objeto em constante mutação.

Reconhece-se, ainda, a limitação inerente ao uso do Instagram como fonte de dados, dado o abismo digital e as disparidades de acesso no Brasil. A plataforma opera sob um recorte demográfico seletivo, no qual variáveis de raça, classe e faixa etária determinam quem ocupa esses espaços de interação. Ao analisar as narrativas nesse ambiente, a pesquisa não pretende generalizar seus achados para a população brasileira em sua totalidade, mas sim investigar os processos de construção de sentido dentro de uma arena digital específica que, embora influente, é demograficamente situada.

Através da lente teórica de *agenda setting* (McCombs; Shaw, 1972), o objetivo é comparar como um ator institucional e um ativista utilizam técnicas de *framing* para pautar o debate, construir narrativas e, em última instância, influenciar a agenda pública sobre a crise do plástico. Antes disso, é interessante entender o percentual de ocorrência da temática plástica em comparação com outros temas nas contas mencionadas. Será traçado o perfil comunicacional de cada conta, com destaque para a frequência, forma e engajamento das publicações relacionadas ao tema plástico, buscando compreender, de forma comparativa, os elementos que contribuem para influenciar a percepção pública e fomentar a ação coletiva diante do desafio ambiental representado pelos resíduos plásticos.

#### PERFIL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

O perfil do Ministério do Meio Ambiente no Instagram, contava com cerca de 360 mil seguidores em 31 de dezembro de 2025, apresentando uma comunicação predominantemente informacional, voltada para a divulgação de ações institucionais e prestação de contas à sociedade.

Tabela 4. Postagens sobre a questão plástica no Instagram do MMA

Ano	Número de postagens sobre poluição plástica	Média de curtidas por postagem de poluição plástica	Número total de postagens	Média de curtidas por postagem
2022	21	293,52	135	392,77
2023	4	747,25	392	1.125,28
2024	1	2846	524	1.213,91
2025	4	1248	712	1.450,94

Conta Oficial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática no Instagram

Entre 2022 e 2024, observou-se um crescimento progressivo no volume de publicações, tendência que se manteve em 2025. Em 2022, no entanto, o número de postagens foi significativamente menor, reflexo provável do enfraquecimento institucional do ministério durante o governo Bolsonaro, marcado pelo desmonte de políticas ambientais e pela perda de protagonismo da pasta (Observatório do Clima, 2023). A maioria das publicações está voltada à divulgação de eventos, sejam grandes conferências ou reuniões técnicas, bem como a

comunicados sobre editais, datas comemorativas e ações do governo federal, o que reforça o caráter formal, informativo e institucional da comunicação adotada pelo perfil.

É importante salientar que as postagens contabilizadas na tabela são aquelas em que mencionam explicitamente o termo "plástico". Contudo, se o escopo da análise for ampliado para temas correlatos como "reciclagem", "resíduos sólidos" e "catadores", a quantidade de publicações aumenta significativamente, principalmente em 2022. Exemplo disso é a postagem a seguir, com a seguinte legenda:

LIXÃO ZERO. A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi modernizada e desburocratizada, contribuindo assim para sua efetiva implementação. Também foi criado o Programa Nacional de Logística Reversa, que prioriza cooperativas e associações de catadores constituídas por cidadãos de baixa renda. (...) #AmbientalismoDeResultado

Imagem 1. Publicação do MMA em 17 de janeiro de 2022.



Ministério do Meio Ambiente (Conta Oficial no Instagram)

Ao focar na gestão do resíduo (*downstream*) em detrimento do início do ciclo de vida do material (*upstream*), o perfil do MMA, mais do que simplesmente pautar o debate, atua como um *stakeholder* que controla o fluxo de informações em seu próprio canal, como descrevem Baum e Potter (2008). Nessa posição, ele veicula em larga escala um "discurso interessado" (Nogueira, 2012), que enquadra a solução da crise plástica na gestão de resíduos e na economia circular. É possível afirmar que a abordagem comunicacional não é isolada, pois espelha precisamente o discurso adotado nos documentos oficiais brasileiros do Tratado

Global, onde a figura dos catadores e a reciclagem também receberam grande destaque, sugerindo uma narrativa coesa e intencional para moldar a percepção pública.

Ademais, a presença do tema é frequentemente associada à figura de Adalberto Maluf, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental desde de 2023 até o presente momento, o que sugere uma personalização da comunicação sobre o assunto ou, ainda, que a liderança da pauta esteja concentrada em uma única figura dentro do ministério. A publicação a seguir representa tanto essa centralização quanto o foco nas medidas *downstream* citadas anteriormente:

O MMA recebeu nesta terça-feira (1/8) a primeira-dama Janja Lula da Silva. A ministra Marina Silva, o secretário nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, Adalberto Maluf, e equipe técnica apresentaram à primeira-dama ações para a inserção socioproductiva de catadores, o uso da logística reversa para a remuneração da categoria e a implementação da Lei de Incentivo à Reciclagem (Lei 14.260/21). (...)

Imagem 2. Publicação do MMA em 2 de agosto de 2023.



Ministério do Meio Ambiente (Conta Oficial no Instagram)

Também se faz notável que as indústrias do plástico não são citadas, pelo contrário, quando uma mensagem de conscientização é veiculada, ela é consistentemente voltada para as atitudes individuais e o impacto do público na crise, como representado no exemplo a seguir:

Imagem 3. Publicação do MMA em 5 de janeiro de 2022.



Ministério do Meio Ambiente (Conta Oficial no Instagram)

A hipótese de que essa omissão se deve a conflitos de interesse com setores econômicos ganha força, especialmente quando se nota a ausência de outros temas sensíveis, como o petróleo, sugerindo uma omissão estratégica diante de temas que envolvem interesses políticos e econômicos sensíveis.

## PERFIL DO GREENPEACE BRASIL

O perfil do Greenpeace Brasil no Instagram, com aproximadamente 991 mil seguidores, apresenta uma estratégia de comunicação multifacetada que combina a função informacional e de denúncias, cobranças a autoridades e conteúdos educativos.

Tabela 5. Postagens sobre a questão plástica no Instagram do Greenpeace Brasil

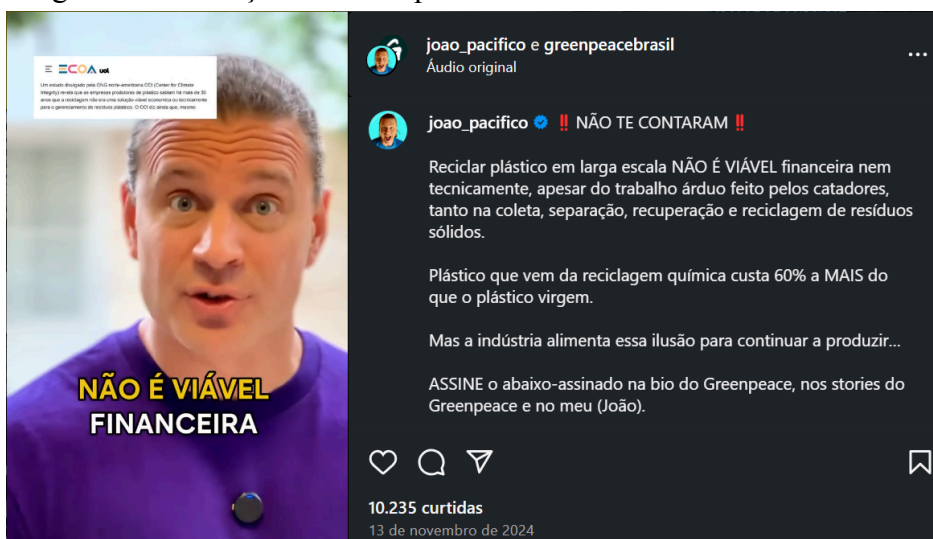
Ano	Número postagens sobre poluição plástica	Média de curtidas por postagem sobre poluição plástica	Número de postagens sobre meio-ambiente	Média de curtidas por postagem
2022	3	934,67	883	1545,12
2023	16	3742,31	750	2171,26
2024	13	6173	630	3058,42
2025	16	7859,13	610	6688,62

Conta Oficial do Greenpeace Brasil no Instagram

Aspecto interessante na comparação com o perfil do MMA é a trajetória no volume de postagens, que veio a diminuir ao longo dos anos analisados. A análise dos dados revela um fenômeno de especialização nas postagens e intensificação do engajamento em torno da poluição plástica entre 2022 e 2025. Mais notável ainda é o crescimento exponencial na métrica de receptividade do público: a média de curtidas para o tema plástico disparou de 934,67 em 2022 para 7.859,13 em 2025, um aumento superior a 700%. Sendo, assim, maior que a média de curtidas em publicações de outras temáticas do perfil. Esse engajamento massivo sugere corroborar com os dados dos surveys analisados anteriormente, onde a população brasileira demonstrou um desejo por medidas mais drásticas e vinculantes, as quais são o pilar da comunicação ativista da organização.

Assim, o Greenpeace Brasil se posiciona em um paradigma de aprendizagem social, conforme descrito por Zafar (2021). Nesse ambiente, os usuários adquirem conhecimento coletivamente por meio da parceria da organização com diversos especialistas ou embaixadores da área, fato que contribui para a contraposição de narrativas hegemônicas, por exemplo, a de que a reciclagem seria a solução final para a crise. Exemplo disso é a publicação a seguir:

Imagem 4. Publicação do Greenpeace Brasil em 13 de novembro de 2024.

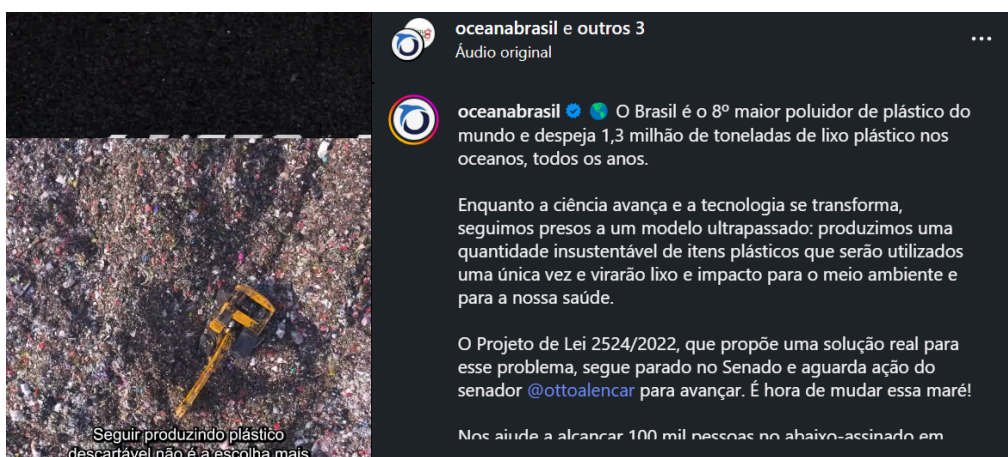


Conta Oficial do Greenpeace Brasil no Instagram

Ao apresentar dados que questionam a viabilidade da reciclagem dos plásticos em larga escala, contrapondo o discurso frequentemente usado pelo MMA, a organização fornece ao seu público um conhecimento crítico que desloca o foco da responsabilidade individual

para a sistêmica. Essa abordagem tem o potencial de gerar um desdobramento muito mais político e mobilizado, incentivando a cobrança por mudanças estruturais (*upstream*) em vez de se limitar a reforçar atitudes individuais de foco no *downstream*. Tal fato pode ser exemplificado pela chamada a cobrança de uma mudança a nível federal, com o PL 2524/2022 o qual objetiva instituir o marco da economia circular no país ao aliar a redução do descarte na fonte com a criminalização do descumprimento de normas ambientais. Além de garantir coercitividade às metas, o projeto formaliza a inclusão socioproductiva de catadores ao integrá-los ao Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Imagem 5. Publicação do Greenpeace Brasil em 10 de julho de 2025.



Conta Oficial do Greenpeace Brasil no Instagram

Ademais, a atuação na rede é marcada por uma forte intencionalidade no engajamento. O uso de ferramentas como a participação de celebridades, memes e referências à cultura pop não é apenas uma tática para aumentar o alcance, mas uma estratégia deliberada para furar as bolhas digitais e dialogar com um público que não necessariamente faz parte do nicho ambientalista.

Imagem 6. Publicação do Greenpeace Brasil em 1 de julho de 2025



Conta Oficial do Greenpeace Brasil no Instagram

Enquanto um discurso puramente técnico poderia se restringir a indivíduos já engajados, o humor, a ludicidade e o senso de urgência do perfil podem veicular conhecimento ambiental de forma mais apelativa, como ocorrido no caso de Christine Figgener com o vídeo da tartaruga. Além disso, é utilizada, amplamente, a estratégia do *call to action* ao convocar a comunidade a participar da discussão do GPT. Além disso, foram usadas as *hashtags* “#FuturoSemPlásticos” e “#TsunamiDePlásticos”, auxiliando na disseminação dos *posts* frente aos eixos mencionados.

Em suma, nota-se um claro descompasso discursivo: enquanto o Brasil articula propostas complexas de transição justa nas negociações internacionais, a comunicação do MMA no Instagram limita-se a um enquadramento que não reflete a profundidade da agenda diplomática nem as demandas sistêmicas da sociedade civil. Ao reduzir-se apenas a postagens sobre logística reversa, conscientização individual e reciclagem, o Ministério limita o debate ao *downstream* e opera um silenciamento estratégico que limita a percepção do público sobre as rotas de solução. De acordo com a teoria de *agenda-setting* (Baum e Potter, 2008), o que não é veiculado tem tanto poder quanto o que é: a ausência da discussão sobre cortes na produção induz a população à crença de que atitudes individuais são o único caminho. Essa omissão enfraquece a compreensão pública sobre as movimentações internacionais do Tratado Global, uma vez que 92% dos brasileiros defendem regras vinculantes, indicando que o silêncio oficial sobre soluções sistêmicas atua como um desincentivo à mobilização política por mudanças estruturais (IPSOS, 2022). A publicização de outros meios de resolução é,

portanto, um ato pedagógico necessário para mobilizar a vontade política. Além disso, nota-se uma movimentação pouco estruturada da política externa brasileira frente ao tema, visto as mudanças de posicionamento e o conflito prático-teórico de tais discursos e proposições adotados ao longo das negociações.

Ademais, os *surveys* apontam que a preocupação ambiental de fato existe e é relevante para a opinião pública brasileira, porém, conforme aponta a literatura (Fonseca, 2013), a preocupação isolada não garante a implementação de políticas públicas. Nesse sentido, a análise empírica mostra que o Greenpeace opta por mobilizar tal consciência ambiental em ações práticas como a assinatura de abaixo assinados e cobranças políticas. O exemplo da atuação de tal organização sugere que o trabalho de base digital pode ser eficaz quando este mobiliza a crença na viabilidade de outra realidade, cobrando investimento na capacidade do Estado em cumprir metas ambiciosas, em vez de apenas lamentar a poluição.

Entretanto, assim como a preocupação ambiental não necessariamente se traduz em comportamento, o mesmo se aplica à curtidas no ambiente digital. Muitas vezes, a pauta ambiental é confinada ao “ativismo de sofá”, no qual o engajamento métrico não se traduz em pressão efetiva. Assim, a grande receptividade do público conquistada pela conta do Greenpeace Brasil não necessariamente está imbuída de força política e mobilização social real. Uma oportunidade para mudar essa realidade é compreender as insatisfações que de fato incomodam o público. Por exemplo, apenas 47% avaliam bem a reciclagem onde moram e quando o engajamento do brasileiro é confrontado com a insatisfação local, a narrativa se une ao ambiental social e confere à temática a prioridade necessária para superar a apatia e engajar uma agenda de governança multinível mais assertiva.

#### 4. CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou investigar como a temática da poluição plástica está imbricada nas agendas da política externa brasileira e da opinião pública nacional, através de disputas de narrativas. Com o Tratado Global dos Plásticos (GPT) como pano de fundo, observou-se a relação entre a política externa brasileira e a opinião pública nacional, assim como as narrativas midiáticas que moldam essa interface. A análise comparativa revelou uma notável e multifacetada convergência: tanto a posição diplomática do Brasil, expressada nos documentos oficiais do GPT, quanto a percepção da sociedade civil demonstram uma elevada preocupação com os impactos do plástico na saúde e enquadram a solução para a crise de forma proeminente em medidas *downstream*, como a reciclagem e a economia circular. Em

contrapartida, na política externa brasileira, observou-se um apoio comparativamente mais moderado a quaisquer intervenções *upstream*, como a redução da produção de plástico virgem e a responsabilização direta da indústria. Tal fato pode ser inferido, também, a partir das constantes reformulações do discurso brasileiro no que tange a responsabilidade de cada país frente aos desafios propostos pela poluição plástica.

A correspondência entre ator institucional e público geral levantou a questão central sobre sua origem: seria ela orgânica ou o resultado de uma narrativa construída? A segunda parte da pesquisa, ao analisar as estratégias de comunicação no Instagram, forneceu evidências contundentes para a segunda hipótese. O perfil do Ministério do Meio Ambiente (MMA) atua como um agente de reforço dessa narrativa dominante. Através de um enquadramento seletivo, o MMA omite a discussão sobre a produção, evita nomear a indústria do plástico e enquadra a conscientização na esfera da responsabilidade individual. Ao fazê-lo, preenche o vácuo informacional do público com um discurso interessado que espelha e legitima o foco *downstream* de sua política externa no Tratado Global dos Plásticos. A alta disposição do público em mudar hábitos de consumo, revelada nas pesquisas de opinião, pode ser um reflexo do sucesso dessa narrativa que desloca o ônus para o cidadão.

Em contraposição, a comunicação do Greenpeace Brasil funciona como uma arena de disputa, buscando ativamente desconstruir esse enquadramento. Ao questionar a viabilidade da reciclagem como solução final e ao nomear a indústria como principal responsável, a organização tenta redefinir o imaginário público, movendo o foco do comportamento individual para a necessidade de mobilização política por mudanças estruturais. Através de estratégias de aprendizagem social e enquadramentos de crise, o ativismo digital se apresenta como uma força que busca levar o público a transitar da consciência para a atitude política, e não apenas para a ação de consumo.

Conclui-se, portanto, que a aparente sintonia entre o Estado e a sociedade na questão plástica não é um fenômeno passivo, mas o resultado de uma disputa de narrativas na qual o discurso que favorece a gestão do resíduo em detrimento da redução da produção ainda prevalece. A eficácia de futuras políticas de combate à poluição plástica no Brasil, incluindo a implementação do próprio Tratado Global, pode ser fundamentalmente influenciada pela capacidade de narrativas alternativas em furar essa bolha e gerar pressão pública por soluções que ataquem a raiz do problema, e não apenas seus sintomas visíveis.

## REFERÊNCIAS

BARROWCLOUGH, Diana; BIRKBECK, Carolyn Deere. Transforming the Global Plastics Economy: The Role of Economic Policies in the Global Governance of Plastic Pollution. **Social Sciences**, Basel, v. 11, n. 1, p. 1–26, jan. 2022.

BAUM, Matthew A.; POTTER, Philip BK. Media, public opinion, and foreign policy in the age of social media. **The Journal of Politics**, v. 81, n. 2, p. 747-756, 2019.

BAUM, Matthew A.; POTTER, Philip BK. The relationships between mass media, public opinion, and foreign policy: Toward a theoretical synthesis. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 39-65, 2008.

BORICK, Christopher; LACHAPPELLE, Erick. Politics, Prices, and Proof: American Public Opinion on Environmental Policy. In: **Environmental Policy: New Directions for the Twenty-First Century**. [S. l.]: CQ Press, 2022. p. 63-84.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **O que é o GEF**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, [2024?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/fundos-internacionais-de-desenvolvimento/fundo-global-para-o-meio-ambiente-gef/perguntas-frequentes/o-que-e-o-gef>. Acesso em: 5 mar. 2026

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **@mmeioambiente. Instagram**. [S. l.], 2022-2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/mmeioambiente/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2524/2022**. Dispõe sobre a economia circular do plástico. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/154790>. Acesso em: 24 fev. 2026.

CENTER FOR INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW (CIEL). **National Implementation Plans and National Action Plans: Key Elements to Consider in the Context of a Treaty to End Plastic Pollution**. Geneva: CIEL, 2023. Disponível em: [https://www.ciel.org/wp-content/uploads/2023/08/National-Implementation-Plans-and-National-Action-Plans-Key-Elements-to-Consider-in-the-Context-of-a-Treaty-to-End-Plastic-Pollution\\_August-2023.pdf](https://www.ciel.org/wp-content/uploads/2023/08/National-Implementation-Plans-and-National-Action-Plans-Key-Elements-to-Consider-in-the-Context-of-a-Treaty-to-End-Plastic-Pollution_August-2023.pdf). Acesso em: 5 mar. 2026.

COWAN, Emily. Event Ethnography to study the global negotiations on the treaty to end plastic pollution: dataset from the first session of negotiations (INC-1). **Journal of Environmental Studies and Sciences**, v. 14, 2024. DOI: 10.1007/s13412-024-00914-4.

DAUVERGNE, Peter. Why is the global governance of plastic failing the oceans? **Global Environmental Change**, v. 51, p. 22–31, 2018.

FONSECA, Francisco. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 3, p. 402–418, 2013.

GREENPEACE BRASIL. **@greenpeacebrasil. Instagram**. [S. l.], 2022-2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/greenpeacebrasil/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

GREENPEACE INTERNATIONAL. People vs. Plastic: global support for a strong Plastics Treaty. Amsterdam: **Greenpeace**, 2024. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/static/planet4-international-stateless/2024/04/eea6997d-survey-results-global-plastics-treaty.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

GROOT, Babet de; ALGER, Justin; DAUVERGNE, Peter. Identifying knowledge gaps in the politics of marine plastic pollution. In: **A Research Agenda for Sustainable Ocean Governance**. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2025. p. 245–256.

HAAS, Peter M. Epistemic communities, constructivism, and international environmental politics. Londres: **Routledge**, 2015.

HAC. **High Ambition Coalition to End Plastic Pollution**. [S. l.], 2026. Disponível em: <https://hactoendplasticpollution.org/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

HAWARD, Marcus. Plastic pollution of the world's seas and oceans as a contemporary challenge in ocean governance. **Nature Communications**, v. 9, n. 1, p. 667, 2018.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD). Plastic Pollution Intergovernmental Negotiating Committee (INC) archives: **Earth Negotiations Bulletin**. Winnipeg: **IISD**, [2022-2026]. Disponível em: <https://enb.iisd.org/archives>. Acesso em: 24 fev. 2026.

IPSOS. A throwaway world: the challenge of plastic packaging and waste. [S. l.]: **Ipsos**, 2019. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2019-11/a-throwaway-world-global-advisor.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

IPSOS. Attitudes towards single-use plastics: Global survey for WWF and Plastic Free Foundation. [S. l.]: **Ipsos**, 2022. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2022-02/Attitudes-towards-single-use-plastics-Feb-2022.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

IPSOS. Single-use plastics: Global survey for WWF and Plastic Free Foundation. [S. l.]: **Ipsos**, 2024. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2024-05/Ipsos%20report%20-%20Single-use%20plastics.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

IPSOS. What Worries the World? **Brazil Report**. [S. l.]: **Ipsos**, 2025. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2025-03/Brazil%20Report%20-%20What%20Worries%20the%20World%20Mar%2025%201.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026.

JORNAL DA USP. Apenas 9% do plástico global é reciclado; no Brasil, a porcentagem é ainda menor. **Jornal da USP**, 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/apenas-9-do-plastico-global-e-reciclado-no-brasil-porcentagem-ainda-e-menor/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

MALES, Jennifer; VAN AELST, Peter. Did the blue planet set the agenda for plastic pollution? An explorative study on the influence of a documentary on the public, media and political agendas. **Environmental Communication**, v. 15, n. 1, p. 40–54, 2021.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MELO, Filipe Reis; NOGUEIRA, Silvia Garcia; FERREIRA, Túlio S. H. **Mídia, opinião pública e política internacional**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551–579, 2008.

MITCHELL, Ronald B. Intentional oil pollution at sea: environmental policy and treaty compliance. **Cambridge: MIT Press**, 1994.

NOGUEIRA, Silvia. Reflexões sobre o papel da mídia na construção do nationess: os casos da Telesur e da Al-Jazeera. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 127–148, 2012. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/61>. Acesso em: 24 fev. 2026.

OCEANA BRASIL. **Por que o Brasil precisa regular a produção de plástico?** [S. l.], 2023. Disponível em: <https://brasil.oceana.org/blog/por-que-o-brasil-precisa-regular-a-producao-de-plastico/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

O'NEILL, Kate. *The Environment and International Relations*. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2009.

ROBINSON, Piers. The role of media and public opinion. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (ed.). **Foreign policy: theories, actors, cases**. Oxford: **Oxford University Press**, 2008. p. 137–154.

SALIM, Leila. O legado de destruição ambiental de Bolsonaro. **Observatório do Clima**, 2022. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/o-legado-de-destruicao-ambiental-de-bolsonaro/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

TESSNOW-VON WYSOCKI, Ina; LE BILLON, Philippe. Plastics at sea: Treaty design for a global solution to marine plastic pollution. **Environmental Science & Policy**, v. 100, p. 94–104, 2019.

TRIVEDI, Rohit H.; PATEL, Jayesh D.; ACHARYA, Nidhi. Causality analysis of media influence on environmental attitude, intention and behaviors leading to green purchasing. **Journal of Cleaner Production**, v. 196, p. 11–22, 2018.

UMUHIRE, Marie Louise; FANG, Qinhua. Method and application of ocean environmental awareness measurement: Lessons learnt from university students of China. **Marine Pollution Bulletin**, v. 102, n. 2, p. 289–294, 2016.

UNEP. *Marine plastic debris and microplastics: Global lessons and research to inspire action and guide policy change*. Nairobi: **United Nations Environment Programme**, 2016.

VICTOR, D. G.; RAUSTIALA, K.; SKOLNIKOFF, E. B. *The Implementation and Effectiveness of International Environmental Commitments: Theory and Practice*. Laxenburg: **International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA)**, 1998.

VINCE, Joanna; HARDESTY, Britta Denise. Plastic pollution challenges in marine and coastal environments: from local to global governance. **Restoration Ecology**, v. 24, n. 2, p. 1-10, 2016.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF). **Rising Tides III: citizens' voices for a strong Global Plastics Treaty**. Gland: WWF, 2024. Disponível em: [https://wwflac.awsassets.panda.org/downloads/rising\\_tides\\_iii.pdf](https://wwflac.awsassets.panda.org/downloads/rising_tides_iii.pdf). Acesso em: 24 fev. 2026.

YONG, Ed. O vídeo da tartaruga que inspirou a revolução contra os canudos plásticos. **BBC Future**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/future/article/20240402-the-turtle-video-that-sparked-a-plastic-straw-revolution>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ZAFAR, Abaid Ullah et al. Social media and sustainable purchasing attitude: Role of trust in social media and environmental effectiveness. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 63, p. 102751, 2021.

ZAMORA et al. **Atlas do Plástico: fatos e figuras sobre o mundo dos polímeros sintéticos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2020. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2020/11/29/atlas-do-plastico> Acesso em: 13 fev. 2026.

**APÊNDICE A — Opinião Pública Brasileira sobre a Questão Plástica - *surveys***  
**executados pela IPSOS, WWF e Greenpeace**

Tabela 1. A THROWAWAY WORLD: The Challenge of Plastic Packaging and Waste - IPSOS

Pergunta:	Porcentagem de concordância (2019):	Porcentagem de concordância (2022):	Média Global (2019):	Média Global (2022):
Os fabricantes devem ser obrigados a ajudar na reciclagem e reutilização de embalagens que produzem	77%	90%	80% (2019)	85% (2022)
Plásticos de uso único devem ser banidos o mais rápido possível	71%	79%	71% (2019)	75% (2022)
Sinto-me melhor com as marcas que fazem alterações para alcançar melhores resultados ambientais	75%		75%	
Eu quero comprar produtos que usam o mínimo de embalagem possível	73%	86%	75% (2019)	82% (2022)
Eu estaria disposto a mudar onde compro se isso significasse que eu usaria menos embalagens	68%		63%	

O serviço de reciclagem para resíduos domésticos é bom na área onde eu moro	47%		52%	
As regras de reciclagem para resíduos domésticos são claras na área onde eu moro	46%		53%	
Todos os plásticos podem ser reciclados	65%		55%	

Tabela 2. ATTITUDES TOWARDS SINGLE USE PLASTICS - IPSOS

Pergunta:	Porcentagem de concordância (2022):	Porcentagem de concordância (2024):	Média Global (2022):	Média Global (2024):
Quão importante ou sem importância você acredita que é ter um tratado internacionalmente vinculativo para combater a poluição plástica?	92%		88%	
Tratado global: proibir plásticos de uso único desnecessário	70%	83%	75% (2022)	85% (2024)
Tratado Global: Banir tipos de plástico que não podem ser facilmente reciclados	76%		77% (2022)	

Tratado Global: Tornar fabricantes e varejistas responsáveis pela redução, reutilização e reciclagem de embalagens de plástico	77%	63%	78% (2022)	73% (2024)
Tratado Global: Requerir que todos os novos produtos de plástico sejam de plástico reciclado	76%	83%	76% (2022)	86% (2024)
Tratado global: Requerir rotulagem de produtos plásticos para que fique claro como classificá-los com responsabilidade para reutilização, reciclagem ou descarte	75%	85%	77% (2022)	88% (2024)
Tratado Global: Estabelecer consequências claras para os governos que quebram essas regras?		69%		73%
Tratado Global: Começar com a proibição de itens plásticos com maior probabilidade de se tornar poluição,		67%		68%

como um primeiro passo?				
Tratado Global: Garantir que todos os países participantes tenham acesso a financiamento, tecnologia e outros recursos para cumprir as regras?		70%		72%
Tratado Global: Reduzir a quantidade de plástico produzido globalmente?		85%		87%
Tratado Global: Banir químicos usados em plástico que são perigosos à saúde humana e ao meio ambiente?		86%		90%
Tratado Global: Banir tipos de plástico que não podem ser facilmente reciclados em todos os países onde são usados?		85%		87%
Tratado Global: Requerir fabricantes e varejistas para fornecer sistemas de reutilização e reabastecimento?		87%		87%
Tratado Global: Exigir que todos		83%		85%

os fabricantes de plástico paguem uma taxa que é destinada ao aumento da reutilização, reciclagem e gerenciamento seguro de resíduos?				
---	--	--	--	--

Tabela 3. People vs Plastic - Greenpeace

Pergunta:	Porcentagem de concordância (2024):	Média Global (2024):
Para parar a poluição plástica, precisamos cortar a produção plástica.	89%	82%
Até que ponto você apoiaria ou se oporia ao Tratado de Plásticos Globais que concordaria uma redução na produção plástica, a fim de interromper a perda de biodiversidade e limitar o aquecimento global a 1,5 graus Celsius?	86%	80%
O tratado global de plásticos deve proibir embalagens plásticas de uso único	80%	75%
Obrigiar governos e empresas a fazer a transição de embalagens plásticas de uso único para embalagens reutilizáveis e reabastecíveis?	81%	90%
Quão mais provável você seria usar embalagens reutilizáveis e recarregáveis se: se fosse mais conveniente	88%	81%
Quão mais provável você seria usar embalagens reutilizáveis e	89%	81%

recarregáveis se: fosse mais econômico		
Para que as negociações globais de tratados de plásticos sejam bem -sucedidos, os lobistas do combustível fóssil e as indústrias químicas não devem ter permissão para participar	58%	60%
Quão preocupado ou não está preocupado com os efeitos adversos à saúde dos plásticos no seguinte? Saúde de seus filhos	89%	84%
Quão preocupado ou não está preocupado com os efeitos adversos à saúde dos plásticos no seguinte? Sua própria saúde	86%	78%
Quão preocupado ou não está preocupado com os efeitos adversos à saúde dos plásticos no seguinte? A saúde de seus entes queridos	88%	80%